

Debate Sindical

ENTREVISTA

Belluzzo aborda os desafios da economia nacional

CULTURA

Carlos Drummond: Centenário do maior poeta do Brasil

TRABALHO

Ford da Bahia: Uma fábrica fora da ordem



**O sindicalismo classista
e o governo Lula**

Campanha salarial ao pé da letra

campainhar (a-i). V. int. Fazer soar campainha.
campal. Adj. 2 g. 1. Pertencente ou relativo ao campo. 2. Diz-se da batalha travada em campo raso. ● S. m. 3. Bras., MT. Trecho de campo situado no meio do mato.
campana. S. f. 1. Sino, campainha. 2. Luva (4) de manilha. 3. Arquit. Corpo do capitel coríntio ou compósito, que tem o formato de um sino invertido.
campanado. Adj. V. Campanuláceo (1).
campanário. S. m. 1. Parte aberta da torre de igreja, onde estão os sinos. 2. Torre de sinos. 3. P. ext. A freguesia, a aldeia dotada de igreja com campanário.
campanha. S. f. 1. Campo (2) extenso; planície. 2. Mil. Série de operações militares que visam à consecução de um objetivo definido, em determinada época, numa mesma área geográfica. 3. Mil. Conjunto de operações militares que constituem uma fase distinta de determinada guerra. 4. P. ext. Conjunto de ações, de esforços, para se atingir um fim determinado.
campaniforme. Adj. 2 g. V. campanuláceo (1).
campanil. S. m. Liga metálica própria para sinos.
campanólogo. S. m. Aquele que toca peças de música em sinos, campainhas ou copos afinados.
campanudo. Adj. 1. Que tem forma de campa. 2. Fig. Pomposo, enfático, bombástico.
campânula. S. f. 1. Qualquer objeto em forma de sino. 2. Espécie de redoma usada para isolar o biscoito.

região amazônica, da região
petrolífera que, nas fundições e nas
consertá-las ou enfrenta os incêndios dos poços de petró-
leo para os apagar.
salamanta. S. f. Bras. Reptil ofídico, bóideo (*Epicrates
cenchria* (L.)), de coloração geral castanha, com manchas
negras ocelares nos flancos e comprimento de até 2 m.
Alimenta-se de aves e doutros pequenos animais. [Sin.:
guaçubóia, jibóia-vermelha.]
salame¹. S. m. Enchido (3) de origem italiana feito de carne
de porco picada, pequenos cubos de toucinho e pimenta
em grãos, e que se come frio.
salame². S. m. Salamaleque.
salaminho. S. m. Variedade de salame¹ acondicionado em
tripa fina e curta.
salão¹. S. m. 1. Grande sala. 2. Exposição periódica ou
anual, especialmente de obras de artistas plásticos, de
novos modelos de diversas indústrias, etc. 3. Certo tipo de
estabelecimento comercial aberto ao público. 4. Fig.
Reunião de pessoas de sociedade, artistas, intelectuais,
etc. 5. Bras. Barbearia (1) ou cabeleireiro (2).
salão². S. m. 1. Terreno arenoso ou barrento; solão. 2.
Fundo arenoso cheio de limo. 3. Bras. Terreno impermeá-
vel por causa de uma camada pedregosa.
salarial. Adj. 2 g. Bras. Relativo a salário.
salário. S. m. 1. Remuneração, normalmente em dinheiro,
devida pelo empregador, em face do serviço do empregado.
2. Restr. Remuneração do trabalho prestado por
operários horistas ou diaristas. 3. Recompensa de servi-
ços. 4. Salário mínimo. ● **Salário mínimo**. Remuneração
mínima do trabalhador, fixada por lei.

Com a
Século
sua campanha
ganha
Força e
sai do
Papel.

Fonte: Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa

Século Comunicação Integrada

Telefone: (0--11) 3644-6928 - Fax: (0--11) 3641-8530

Internet: www.seculonet.com.br - Endereço eletrônico: seculo@seculonet.com.br

Planejamento Estratégico - Identidade Visual - Cartazes - Folders - Jornais e Boletins
Editais e anúncios - Outdoors - Inserções em Rádio e Televisão - Assessoria de Imprensa



Debate Sindical é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES). Sede: Rua Monsenhor Passalácqua, nº 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01323-010, fone/fax: (11) 289-1496 Correio eletrônico: ces@ces.org.br

Editor:

Altamiro Borges

Conselho de Redação:

Antônia Rangel
Augusto Buonicore
Cláudio Gonzalez
Guiomar Prates
João Batista Lemos
José Carlos Ruy
Orlando Silva Jr.
Osvaldo Bertolino
Sérgio Barroso
Umberto Martins

Conselho Editorial:

Armando Boito
César Benjamin
Clóvis Moura
Décio Saes
Edgard Carone
Emir Sader
Francisco Teixeira
João Pedro Stedile
Luis Fernandes
Luís Paulino
Lucília Machado
Marcos Gomes
Nilton Vasconcelos
Paulo Schilling
Ricardo Antunes
Abigail Pereira
Álvaro Gomes
Augusto Petta
Edson Pimenta
Gilda Almeida
Gilson Reis
Gregório Poço
José Carlos Schulte
Luís Gavazza
Mônica Custódio
Nivaldo Santana
Raquel Guisoni
Vianei Martins
Wagner Gomes

Foto de capa:

João Zinclair

Edição de fotos:

Jesus Carlos/Imagenlatina

Charges:

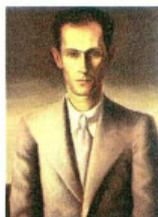
Marcio Baraldi

Revisão:

Josenildo Marques

Editoração eletrônica:

Sandra Luiz Alves



- 4** Lula presidente: O Brasil começa a mudar
RENATO RABELO
- 7** Os desafios econômicos do novo governo
ENTREVISTA: LUIZ GONZAGA BELLUZZO
- 11** Novo ciclo das políticas públicas de trabalho
COLUNA: MARCIO POCHMANN
- 12** Os próximos lances no jogo da Alca
ALDO REBELO
- 15** Desemprego, discriminação no emprego e OIT
PASCOAL CARNEIRO
- 17** Trabalho escravo "sobrevive" ao governo FHC
CLÁUDIO GONZALEZ
- 20** A reforma trabalhista e sindical de Lula
COLUNA: ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ
- 21** Ford Bahia: uma fábrica fora da ordem
AURINO PEDREIRA DO NASCIMENTO FILHO
- 24** Vitória da oposição impulsiona III FSM
GUIOMAR PRATES
- 27** O sindicalismo classista diante do governo Lula
COORDENAÇÃO NACIONAL DA CSC
- 32** Diap: 19 anos fiscalizando o poder
APOLINÁRIO REBELO
- 35** Viva o Fórum Nacional do Trabalho
COLUNA: JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO
- 36** O trabalho e o papel do Estado
OSVALDO BERTOLINO
- 39** A luta pela paz contra uma guerra injusta
JOSÉ REINALDO CARVALHO
- 42** Golpismo e máfia sindical na Venezuela
ALTAMIRO BORGES
- 44** Exploração e luta de classes no mundo
NOTAS INTERNACIONAIS
- 45** O governo Lula e a saúde do trabalhador
COLUNA: HERVAL PINA RIBEIRO
- 46** Ação dos comunistas da reorganização à ditadura
AUGUSTO BUONICORE
- 50** Carlos Drummond: o centenário do poeta
RONIWALTER JATOBÁ
- 54** Resenhas de livros
- 58** Dicas de filmes e Internet
MANOEL RANGEL/GIOVANNI ALVES

O Brasil começa a mudar



Rose Brasil/ABr

■ Madrugada do dia 28 de outubro na avenida Paulista, São Paulo

A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva tem um significado histórico; abre uma nova página na vida do povo brasileiro

RENATO RABELO

A vitória obtida pelas forças progressistas em outubro último com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente da República ainda está sendo comemorada pelo povo. Aparecem muitas explicações para tal fato, mas vai se firmando um amplo entendimento de que o resultado expressou tanto um

desgaste do projeto neoliberal e das forças que o aplicaram durante oito anos consecutivos como, ao mesmo tempo, a capacidade da aliança vitoriosa – liderada pelo PT, com a participação destacada do PCdoB – que foi suficientemente hábil para não se deixar isolar, superando uma a uma das

armadilhas, aglutinando mais e mais forças em torno de um projeto de mudanças no sentido de reconstruir um país em que estejam preservadas a soberania nacional, a democracia e as aspirações dos trabalhadores, em que a retomada do desenvolvimento com novos parâmetros de geração de

MILHÕES NA MISÉRIA

Segundo recente pesquisa do IBGE, 54 milhões de trabalhadores brasileiros recebem menos de meio salário mínimo (R\$ 100) por mês – o que representa 31,8% dos 170 milhões de habitantes do país. O mais grave é que destes cerca de 5 milhões trabalham sem receber qualquer tipo de renda, no geral em troca de comida. O bombástico relatório foi divulgado em conjunto com uma pesquisa da ONU que revela que 3 bilhões de pessoas no mundo vivem com menos de US\$ 2 por dia, abaixo da chamada “linha da pobreza”.

DESIGUALDADE SOCIAL

O mesmo relatório do IBGE confirma que a distribuição de renda no Brasil é uma das piores do mundo. No ano passado, 40% da população mais pobre teve acesso a apenas 10,1% do total da renda nacional, enquanto os 10% mais ricos abocanharam 46,1% dos rendimentos. A região Nordeste continua sendo a maior vítima das desigualdades sociais: 51% da população local recebe até um salário mínimo por mês, enquanto no Sudeste essa proporção é de 18%.

FOME COM EMPREGO

Um dado espantoso surgiu na radiografia feita pela coordenação do programa “Fome Zero” do governo Lula. Segundo o estudo, apenas 13% dos 44 milhões de brasileiros sujeitos a passar fome no país estão sem trabalho. A grande maioria das vítimas está empregada, mas recebe migalhas. “A fome brasileira não atinge apenas os desempregados. Atinge também quem trabalha e tem carteira assinada. É a insegurança da fome: o cidadão come hoje, mas não sabe se terá alimento amanhã”, explica Walter Belik, professor da Unicamp e coordenador do programa.

empregos e distribuição de renda seja a preocupação maior.

A vitória de forças que nunca comandaram o país vem de uma necessidade objetiva de desenvolvimento da sociedade brasileira, surge depois de dezenas de anos a fio de lutas, particularmente após 1979, período final da ditadura militar e de grandes mobilizações de trabalhadores. É fruto de uma acumulação de experiências e lições tanto nas esferas institucionais, parlamentares ou executivas, quanto de inúmeras lutas populares. O projeto mudancista vitorioso tem pelas forças que o integram e pelo seu conteúdo programático um significado histórico; com ele se abre uma nova página na vida do povo brasileiro.

PERÍODO DE TRANSIÇÃO

O problema agora é outro. Como consolidar a vitória das urnas exercendo o governo do país? O PCdoB se julga co-responsável pelas respostas a estas indagações pois, desde o início, ajudou a construir o novo projeto em todas as suas dimensões.

Para o início de uma marcha, o domínio do terreno em que ela se dará é uma preliminar básica. Se o Brasil tem enorme potencial de recursos humanos e materiais é forçoso reconhecer que o legado deixado pelos dois governos de FHC é verdadeiramente terrível. São enormes os passivos externo, interno e social, como se tem dito. O novo governo herdará um país em crise, oriunda sobretudo de um modelo imposto de fora, baseado na captação de poupança externa. A vulnerabilidade externa evidencia-se quando se constata que a dívida externa, embora tivesse sido amortizada em US\$ 206,7 bilhões, cresceu US\$ 61,1

bilhões entre 1995 e 2001, período também em foram enviados para o exterior US\$ 140 bilhões a título de pagamento de juros, lucros e dividendos [1]. O governo atual, através do Banco Central, pratica a taxa de juros mais alta do mundo (veja gráfico). Isso tem como conseqüência de um lado, o estancamento do crescimento e o desemprego recorde e em alta, fenômenos que já são crônicos; e, de outro lado, o crescimento exorbitante dos lucros dos bancos que aumentaram em 355% no período citado acima.

As forças derrotadas se aglutinarão em torno do PSDB, são poderosas e tudo farão para que tal modelo, iníquo e injusto, não se modifique; a elas se somarão os interesses da oligarquia financeira internacional, representados pelo FMI. Daí a necessidade de um período de transição para um novo modelo voltado para a retomada do desenvolvimento com geração de emprego e distribuição de renda.

O QUE FAZER?

Nessas circunstâncias o que fazer, preparando o terreno para as mudanças? O problema tem três dimensões bem definidas. No aspecto político é preciso montar e consolidar um governo frentista capaz de construir uma maioria política que lhe dê a necessária sustentação para promover as mudanças e, ao mesmo tempo, sintonizado com os movimentos sociais. Essa é a visão que deve permear as relações com o Congresso Nacional eleito, a construção do corpo de ministros e de cargos de alta responsabilidade da esfera federal, assim como a montagem do Conselho Político do governo

BARALDI PREMIADO

O cartunista Marcio Baraldi, colaborador da *Debate Sindical* e de diversas publicações do sindicalismo paulista, foi o vencedor do XXIV Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos na categoria Artes. Instituído há 23 anos, o prêmio reverencia a memória do jornalista assassinado nos porões da ditadura em outubro de 1975 e é um dos mais importantes da imprensa brasileira. Foi um justo tributo ao engajado artista Marcio Baraldi, que desde 1983 iniciou a sua carreira no Sindicato dos Químicos de São Paulo.

PLATAFORMA DA CUT

Reunida no final de novembro, a direção nacional da CUT aprovou a sua postura diante do governo Lula. De imediato, solicitará a retirada de todos os projetos de flexibilização trabalhista apresentados por FHC; lutar pelo aumento do salário mínimo para R\$ 240,00; e priorizar a campanha pela redução da jornada. A CUT também decidiu participar do Fórum Nacional do Trabalho e que sua relação com o novo governo será de "autonomia com responsabilidade". Segundo João Felício, "jamais faremos qualquer pacto que seja para perder direitos".

CESTA BÁSICA

A luta pelo aumento do salário mínimo ganhou mais um forte argumento. Segundo pesquisa da Fundação Procon, em convênio com o Dieese, a cesta básica dos habitantes da capital paulista superou o valor bruto do mínimo. No final de novembro, seu custo passou de R\$ 199,84 para R\$ 200,02, o maior valor do Plano Real. Diversos fatores contribuíram para esta disparada dos preços, como a alta do dólar e o aumento das exportações brasileiras — que diminuíram a oferta interna de produtos básicos.

composto pelos partidos que apoiam o novo governo, e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, no qual estão representadas as entidades de várias forças sociais e dos movimentos populares. O PCdoB vive uma situação inédita em sua história: ser parte integrante de todo esse esforço, participando diretamente do governo federal.

No aspecto econômico, ao mesmo tempo em que se cumprem os compromissos assumidos, deve-se começar a questioná-los. Deve-se adotar uma política ativa para a redução da taxa de juros. Enquanto a taxa básica no Brasil está em 9,3% ao ano em outubro (considerando-se a média da Selic dos últimos 12 meses de 18,55%), em outros 23 países emergentes pesquisados pela consultoria *Global Invest* a média é de apenas 1,2%. Com isso se estimularia imediatamente o crédito à produção, se aliviaria o Orçamento da União, fortemente pressionado pelo pagamento dos juros da dívida pública, e se coibiria a especulação, pois nada menos que 52% dos títulos da dívida interna estão atrelados à taxa de juros. Ao mesmo tempo seria importante recompor as reservas internacionais brasileiras estipulando que seu nível mínimo não pode baixar dos US\$ 15 bilhões. Um cuidado especial merecerá também a política cambial para propiciar o crescimento das exportações sem gerar, entretanto, as pressões inflacionárias que agora se verificam.

No aspecto social, numa ação emergencial, o Programa Fome Zero já anunciado por Lula visa retirar dessa situação humilhante milhões de brasileiros ainda a ela submetidos. Há também a idéia, que o PCdoB tem estimulado, da erradicação imediata do analfabetismo. Busca-se

Ranking dos países com as maiores taxas de juros reais* do mundo em outubro/02 (em % ano)

1	Brasil	9,3
2	Polónia	8,1
3	Turquia	5,9
4	Hong Kong	5,4
5	Filipinas	4,2
6	Taiwan	4,1
7	Indonésia	3,4
8	República Checa	3,1
9	México	2,3
10	Suécia	2,1

* Taxa de juros dos últimos 12 meses descontada a inflação acumulada no mesmo período. Fonte: *Global Invest* (publicado no jornal "O Estado de S.Paulo", 20/11/02)

igualmente um salário mínimo o maior possível, dentro das atuais condições.

A agenda para os primeiros meses do novo governo prevê a abordagem de várias reformas tais como a tributária, previdenciária, agrária, trabalhista e política, com prioridade para as duas primeiras. São questões-chave que devem ser olhadas sob o prisma da construção de um outro modelo, com propósitos diferenciados do atual, ou seja, com o parâmetro da retomada do desenvolvimento com geração de emprego e distribuição de renda, a ampliação da democracia e da liberdade política.

Como se vê, são enormes os desafios a vencer para conduzir vitoriosamente as mudanças. Isso só se dará na medida em que amplas parcelas do povo — especialmente dos trabalhadores — neles se envolvam, mobilizando-se e colocando em movimento suas energias criativas.

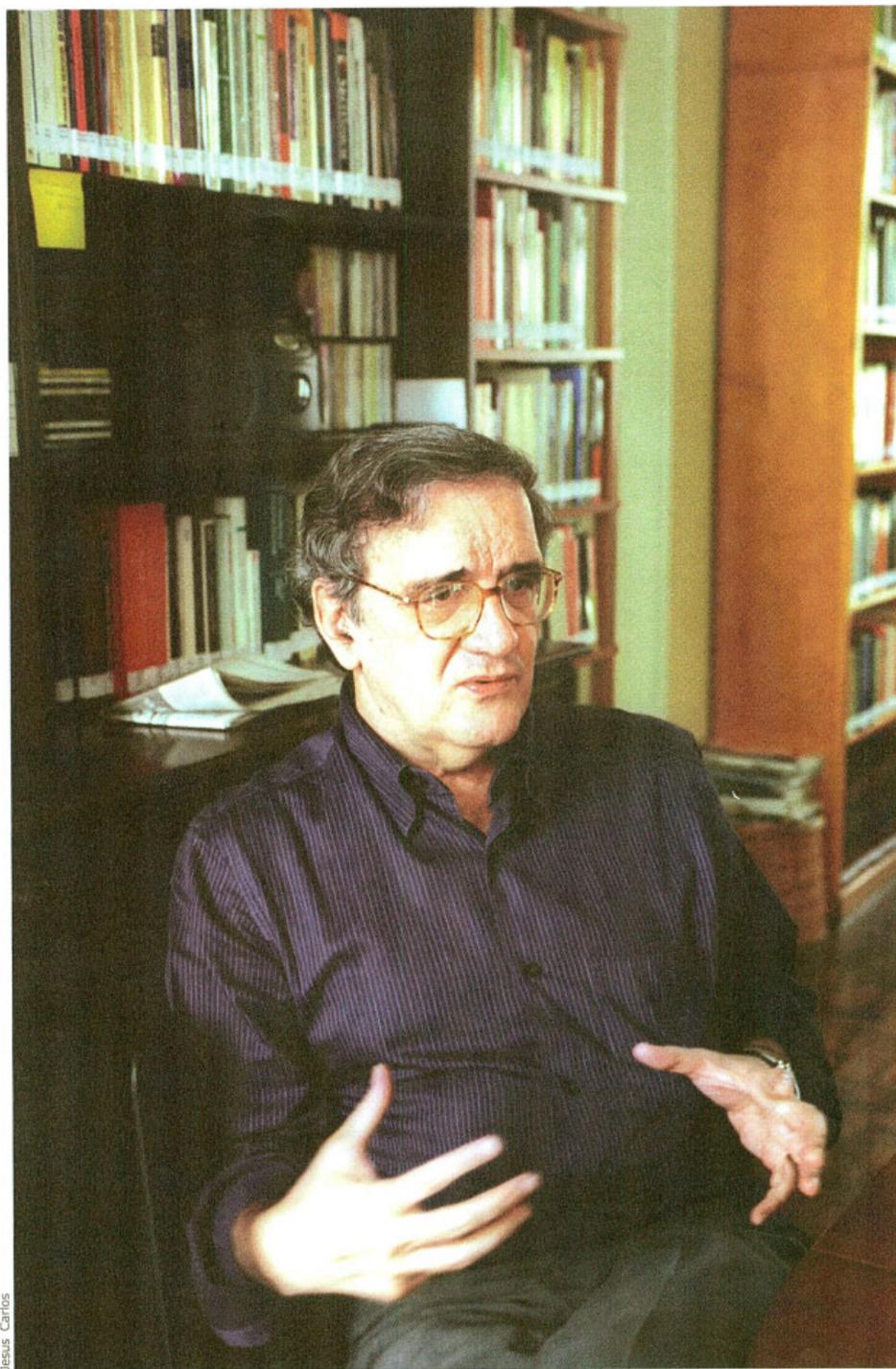
NOTA

I- Dados recolhidos do artigo de Aloizio Mercadante, "*Transmissão, divergências e transparência*" (Folha de S.Paulo, 17/11/2002).

Renato Rabelo é presidente nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e integrante do Conselho Político do Governo Lula

Os desafios do governo Lula na área econômica

Crítico contumaz do modelo neoliberal aplicado por FHC, o economista Luiz Gonzaga Belluzzo é hoje um dos mais respeitados pensadores do Brasil. Professor titular do Instituto de Economia da Unicamp e editor da revista *Carta Capital*, ele já ocupou várias funções de relevo no cenário nacional – foi chefe da Secretaria Especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda (governo José Sarney) e secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo. Nesta entrevista, Belluzzo fala dos desafios do próximo governo e destaca a bandeira da redução da jornada como um instrumento viável de geração de empregos e de desenvolvimento econômico



Jesus Carlos

“Temos que trabalhar em dois níveis, o primeiro é o das situações emergenciais;

Debate Sindical: Quais as perspectivas do governo Lula a curto e médio prazo no campo econômico?

Luiz Gonzaga Belluzzo: Creio que 2003 será um ano difícil porque será o ano em que o governo eleito terá que começar a mudar os rumos do país. Há um problema de hierarquização de questões e me parece que o primeiro movimento do novo governo, ao anunciar o programa Fome Zero, é correto. Temos que trabalhar em dois níveis, o primeiro é o das situações emergenciais; o segundo relaciona-se a problemas mais permanentes, de caráter estrutural. É importante que a gente não discuta com os fatos, que a gente saiba exatamente quais são as relações de poder que estão por detrás das variáveis econômicas.

Tenho insistido o tempo inteiro sobre o fato de que o Brasil aceitou um processo de integração mundial e de abertura financeira que foram responsáveis pela situação a que o país chegou até aqui, com uma dívida externa, sobretudo privada, muito elevada, que está se mostrando agora como um dos principais fatores da instabilidade, com um passivo externo muito alto – este passivo inclui aquela porção do investimento direto que vem para adquirir empresas estatais ou privadas nacionais e gera um fluxo de pagamento para o exterior. Agora estamos descobrindo que boa parte do investimento externo direto recente era conversão de dívida em capital, o que significa que não se trata de dinheiro novo e reflete esta crise de crédito que está aí. Temos de obter um superávit importante em moeda

forte para poder liberar a taxa de juros desta função que ela cumpre hoje, que é no fundo o de segurar o capital líquido dentro das fronteiras nacionais.

A obtenção de um superávit comercial não é incompatível com a retomada do crescimento econômico?

Belluzzo: Vivemos realmente uma situação difícil porque o superávit atual está sendo obtido, sobretudo, à custa da queda das importações, ainda que nos últimos meses se observe uma ligeira elevação das exportações. O superávit só será saudável se você tiver as exportações crescendo acima das importações, mas os dois crescendo. Isto significará que, na verdade, o aumento das exportações é compatível com o crescimento da renda e do emprego. Não por causa da contração econômica, mas porque a economia está gerando superávit, portanto aumentando o lucro macroeconômico do setor privado através basicamente do aumento das vendas nos mercados externos e não da redução do nível da atividade interna.

Quais são os problemas que nós temos em relação a isso? Primeiro é que, como tem sido debatido mais recentemente pela imprensa, existem muitos setores

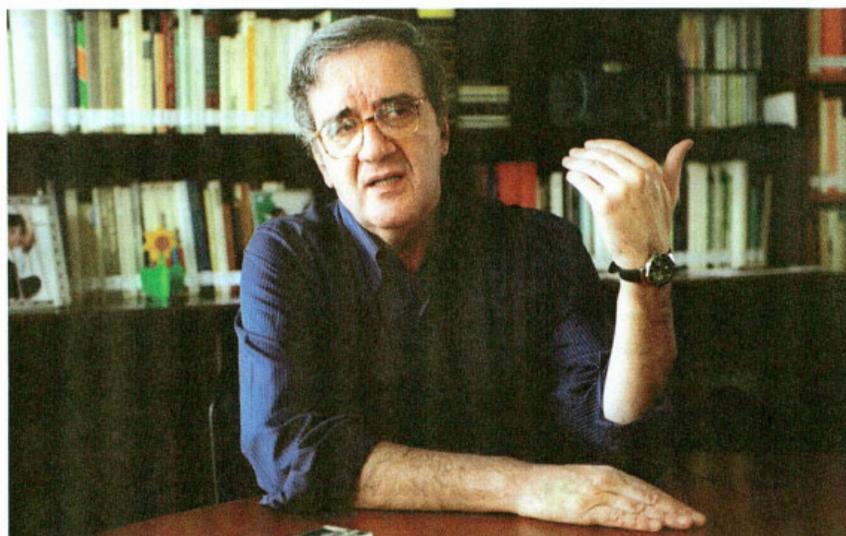
exportadores que vão precisar de investimentos para atender simultaneamente as demandas interna e externa e para que a economia comece a crescer. Estes investimentos são demandantes de importações que o nosso setor de bens de capital não está em condições de satisfazer, já que sofreu um relativo atraso tecnológico durante os últimos anos. O segundo problema diz respeito à economia mundial. Se a sua taxa de crescimento for muito baixa, provavelmente a nossa possibilidade de aumentar as exportações dependerá mais da desvalorização cambial, da baixa absorção interna, do que do crescimento da demanda externa.

Estas duas questões que envolvem a geração de superávit são dramáticas. No caso do investimento, em muitos setores, como na siderurgia, no qual temos vantagens absolutas e relativas importantes em relação ao resto do mundo, nós estamos com a capacidade estagnada em 27 milhões de toneladas há muitos anos. Se quisermos aumentar as exportações, provavelmente nós teremos que fazer investimentos. Ocorreu uma modernização que em boa medida implicou, apesar do aumento da produtividade microeconômica, numa redução da capacidade ou num aumento muito pequeno da capacidade produtiva e a capacidade instalada logo, logo vai se mostrar incompatível com o crescimento das demandas internas e externas.

Quanto às perspectivas de crescimento mundial, não se irão obter as taxas de crescimento capitaneadas pelos Estados Unidos tão cedo. Está claro agora

“Os economistas do sistema não gostam de admitir que os mercados não são irracionais, são anárquicos”

o segundo relaciona-se a problemas mais permanentes, de caráter estrutural”



que esta recessão norte-americana tem uma característica muito especial, ela não foi uma recessão precipitada, mas ao mesmo tempo ela sinaliza uma situação em que a recuperação vai ser muito mais lenta, muito mais demorada. O governo eleito vai ter que enfrentar uma situação estruturalmente muito difícil. Eu acho muito arriscado dizer que no ano que vem será possível combinar a geração deste superávit, que é necessário para reduzir a tensão no mercado de câmbio, com crescimento.

Bem ou mal, o superávit comercial está contribuindo para aliviar o déficit em transações correntes, mas prevalecem outros problemas no balanço de pagamentos, oriundos principalmente da dívida externa, que provavelmente só poderão ser contornados com uma melhora do crédito externo. Caso contrário, o Brasil pode caminhar para uma situação de insolvência, quem sabe já nos próximos meses. Existe a perspectiva desse cenário de contração do crédito internacional

mudar?

Belluzzo: O Brasil tem um grave problema de liquidez. Precisaria de uma ponte para atravessar este período. O crédito externo secou e nós não temos como financiar este movimento, para fora, da conta financeira, pois isto envolve o investimento direto, que caiu, e envolve também as saídas pelas contas CC-5, que aumentaram visivelmente. Você tem aí duas alternativas: esperar que o crédito externo se recupere, que é uma coisa que não está sob nosso controle, e fazer uma renegociação com os organismos multilaterais e, na verdade, com as reais autoridades monetárias internacionais – e estou me referindo, sobretudo, ao Tesouro norte-americano – no sentido de impedir que o país seja obrigado, por uma circunstância que é alheia a sua vontade, a tomar uma medida para proteger suas reservas. Nós não podemos é terminar com reservas líquidas de 5 bilhões de dólares, porque aí é como você não ter nada e vem um

cara lá e te toma o resto. Você fica completamente fragilizado.

Se não houver um esforço efetivo dos organismos multilaterais e das autoridades monetárias encarregadas de fazer este sistema funcionar um pouco melhor, o Brasil não vai poder esperar mais quatro anos para ganhar mais autonomia na sua política monetária. Isto significa que se o esforço de obter o superávit comercial e ganhar aquela poupança em moeda forte não se revelar efetivo no sentido de melhorar as coisas, ao menos em um prazo razoável, obviamente você vai ter que tomar atitudes mais claras. Eu geralmente cito o exemplo da Alemanha, porque lá se esperou de 1929 até 1933 para que a situação econômica mundial se regularizasse e, como a situação não se regularizou, você sabe o que aconteceu.

Parece que FHC se orientou por um palpite infeliz ao imaginar que haveria liquidez permanente e crescente, uma vez que a lógica de sua política econômica levava, como de fato levou, ao aumento do passivo e da necessidade de financiamento externo.

Belluzzo: Essa foi a ilusão menos perdoável, porque obviamente o governo foi alertado por todo mundo sobre os riscos da valorização do câmbio provocar uma bolha. O fracasso das privatizações não decorre do fato de que as empresas foram mal vendidas, pois, pelo contrário, elas foram bem vendidas. Só que a operação delas se tornou complicada porque pagaram por elas ágios sobre preços excessivos, supondo um retorno líquido

muito alto na frente. Foi o erro cometido pelas privatizações e até pela TV Globo neste caso recente. Todos os casos de expansão eram exagerados e isso é da natureza da bolha. Quando está no meio de uma exuberância irracional, a avaliação de risco é prejudicada e é comum a tomada de decisões equivocadas. O que os economistas das empresas não gostam de admitir é que isso confirma a hipótese da decisão irracional das falhas de mercado. Os mercados são assim. Eles não são irracionais, eles são anárquicos.

O Fernando Henrique confessou que o grande equívoco do seu governo foi ter acreditado que o arranjo cambial e monetário levaria a uma maior competitividade, a ganhos de produtividade e, portanto, ao crescimento da economia. No fundo, estava se referindo ao documento que o Gustavo Franco soltou sobre a inserção da economia brasileira. Havia a promessa de que depois de um momento de ajuste o país entraria num círculo virtuoso de crescimento, sem se dar conta de que, na verdade, ocorreu o contrário. Foi a volta do capital financeiro que permitiu o ajuste e impediu o crescimento depois. Marx dizia que as coisas aparecem invertidas. O ciclo financeiro iniciado na alvorada dos anos 90 é que promoveu o ajuste, promoveu a queda da inflação e, ao mesmo tempo, executou aquela política econômica que arrojou salários e baixou o crescimento. Se não se conseguir reverter esta situação de controle da economia pela vulnerabilidade externa, vai se ter muita dificuldade em propor um crescimento da economia mais rápido e, portanto, de emprego e da massa de salários. É essa questão que vai se apresentar ao novo governo.

“Ao aumentar o emprego, a redução da jornada promove uma redistribuição favorável de renda e ajuda a economia”

O sindicalismo e o Dieese defendem que a redução da jornada de trabalho seria um instrumento muito importante para combater o desemprego. Já a experiência da França sugere que reduzir jornada não é um mau negócio para a economia. O que você acha?

Belluzzo: Eu acho que isso tem de ser incluído nas propostas do pacto social porque, ao contrário do que diziam, na França os resultados foram muito favoráveis. Isto porque ao aumentar o emprego, ao aumentar o número de pessoas empregadas, você promove uma redistribuição favorável de renda. Numa situação de baixo crescimento, esta redistribuição favorece a demanda e aumenta a possibilidade das empresas de uma ocupação maior da capacidade e que se mantenha a economia ao menos funcionando. Isso vai ter que ser acompanhado de um programa negociado entre o setor privado e o governo, no qual você focaliza o sistema de crédito público em alguns setores que são absorvedores de mão-de-obra.

No programa do PT está dito que nas circunstâncias brasileiras você tem que ser seletivo. Favorecer alguns setores para ajudar a sustentar esta providência de redução da jornada, com uma demanda de investimentos coordenados pelo governo, mas executados pelo setor privado, na construção civil

e na infra-estrutura, setores nos quais ocorreu um subinvestimento nos últimos anos. Aí você me perguntaria: como financiar isto? Você tem que utilizar os recursos disponíveis com a máxima eficiência. Tem que usar os recursos do FAT, que hoje estão retalhados. Mas você tem que maximizar o emprego destes e isto combinado com as medidas de redução de jornada de trabalho pode dar uma sustentação bem razoável ao emprego. Você tem que ter uma certa demanda autônoma, numa circunstância que não pressione muito o balanço de pagamentos e que sustente o emprego.

Você poderia coordenar um programa de investimentos com o setor da construção civil. Acho que o setor de construção civil, tanto a pesada como o residencial, está disponível para isso, pois na verdade cresceu muito pouco, quase nada. E há uma carência, uma escassez nesta área habitacional. Poderiam ser atacados dois problemas ao mesmo tempo. Você tem que priorizar atividades com uma composição de investimento que consome pouca divisa. Esta é a composição que você tem de escolher neste momento de aperto. E fazer a discussão da redução da jornada de trabalho. Mesmo no aperto, tem forma e folga para resolver isto. No Brasil, isto é crucial. Se você conseguir isto, mesmo com a economia crescendo – e ela pode crescer pouco – a 2%, mas com uma composição de crescimento mais favorável ao emprego, você pode ter resultados penosos, mas vai conseguindo pouco a pouco e vai dando legitimidade ao governo.

Entrevista concedida ao jornalista Umberto Martins, membro do conselho de redação da Debate Sindical

MARCIO POCHMANN



A proposta da constituição de um Sistema Único de Inclusão Social

Novo ciclo da política pública de trabalho

A convivência brasileira com o regime democrático é relativamente pequena. Apesar de ter completado 500 anos de descobrimento, o país possui menos de 10% de todo o seu tempo de vida comprometido com a democracia. Esse traço autoritário na história nacional repercute direta e indiretamente na conformação das políticas do trabalho. Sabe-se que, até a década de 1920, a população não conhecia o que era uma política pública de valorização do trabalho, pois ainda permanecia a cultura dominante da escravidão.

Toda a vez que o trabalhador pretendeu ser protagonista da história houve modificação nas regras. As experiências do Estado Novo e do regime militar são emblemáticas dessa violência. Já nos governos de Dutra (1947/50) e dos Fernandes (Collor e Cardoso), ela ocorreu de forma mais sofisticada, seja pelo uso do aparato repressivo e da cultura do medo do desemprego, seja pela cooptação político-sindical.

PERSPECTIVAS COM LULA

Com a vitória de Lula, abre-se uma nova perspectiva para a valorização do trabalho. Considerando-se a trágica herança dos governos neoliberais, torna-se fundamental refundar as bases de estruturação das forças do trabalho. Para isso é preciso

superar dois graves problemas. De uma parte, o problema da conformação de um novo padrão de financiamento capaz de alavancar o crescimento econômico sustentado. Sem isso, o Brasil pode vir a consolidar uma terceira década perdida.

De outra parte, o problema da construção de uma verdadeira estratégia nacional de inclusão social, portadora de novos mecanismos institucionais e de gestão pública, capaz de superar o atual padrão de políticas sociais e do trabalho fundado na setorialização das ações, na desarticulação dos programas, na focalização de clientelas e na falta de integração operacional.

SISTEMA DE INCLUSÃO SOCIAL

Por meio da articulação e integração das ações, a inclusão social que viabiliza a recuperação

do ciclo de valorização do trabalho passa a ser alcançada. Nesse sentido, cabe lançar a proposta da constituição de um Sistema Único de Inclusão Social, a exemplo do já conhecido SUS. Ele seria capaz de compreender um conjunto amplo de ações verticais nas três esferas governamentais (união, estados e municípios), permitindo o desenvolvimento de um novo modelo de gestão de controle centralizado e execução descentralizada, com a intersetorialização, a articulação e a integração de um amplo e inovador conjunto das políticas públicas orientadas ao enfrentamento do complexo quadro da questão social no Brasil.

MINISTÉRIO FORTE

Assim, a nova geração de políticas públicas para o trabalho deve conceber a presença de um ministério forte do trabalho, capaz de enfrentar a temática das políticas de renda (salário mínimo, aposentadoria e pensões, garantia de ingresso como bolsa-escola, entre outros). Da mesma forma, ele deve ser capaz de construir, conjuntamente com outros atores, a política pública de emprego (intermediação, fiscalização, qualificação, benefícios de renda e geração de postos de trabalho), sustentada no fortalecimento das entidades de representação de interesses da maior parte da população.

Marcio Pochmann é professor licenciado do Instituto de Economia da Unicamp/SP e Secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo. Correio eletrônico: marciop@prefeitura.sp.gov.br

Os próximos lances no jogo

O governo Lula terá, de acordo com o cronograma da Alca, pouco tempo para tomar decisões cruciais para o futuro da economia brasileira

ALDO REBELO

Durante a Terceira Cúpula das Américas realizada em Quebec em 2001, os chefes de Estado dos 34 países que negociam a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) definiram um calendário de negociações com o objetivo de viabilizar sua entrada em funcionamento em 1º de janeiro de 2006.

Por esse calendário, há algumas datas limites que são decisivas. Até 15 de fevereiro de 2003 todos os países deverão fazer suas ofertas iniciais no grupo de acesso a mercados, ou seja, deverão indicar os setores em que se propõem a abrir seus mercados a partir da entrada em funcionamento do acordo. Entre 16 de fevereiro e 15 de julho de 2003, os participantes poderão apresentar, uns aos outros, pedidos de melhora dessas ofertas. A partir de 16 de julho, os 34 países deverão apresentar suas ofertas revisadas, as quais constituirão a base inicial para a



implantação da área de livre comércio.

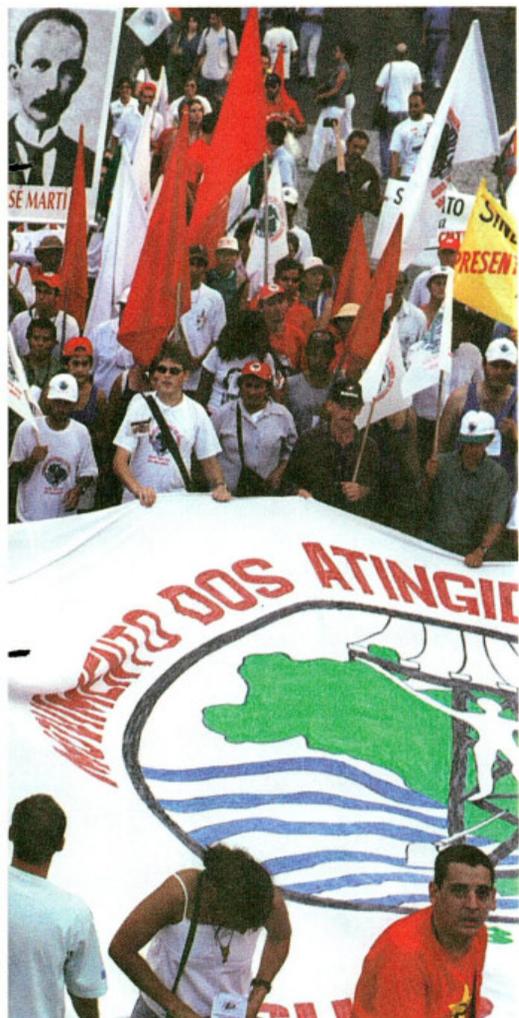
Além disso, continuam as discussões nos outros oito grupos de negociação (serviços; investimentos; compras governamentais; agricultura; direitos de propriedade intelectual; subsídios, antidumping e direitos de compensação; políticas de competição; e resolução de controvérsias). Embora esses grupos não recebam o mesmo destaque da imprensa que o

É muito provável que o presidente Lula eleve em alguns graus a temperatura das negociações a cerca da implantação da Alca

grupo de acesso a mercados, os temas em debate são tão ou mais importantes que o do comércio de bens, particularmente para o Brasil.

As discussões nos nove grupos deveriam estar concluídas até o

da Alca



Jesus Carlos

final de 2004 para que, durante o ano de 2005, pudessem ser ratificadas pelos parlamentos de cada país-membro, viabilizando, assim, a entrada em funcionamento do acordo no dia primeiro de janeiro de 2006.

Trata-se de uma agenda pesada, apertada e em pleno andamento. O governo que toma posse em 1º de janeiro de 2003 terá, de acordo com o cronograma atual, pouco tempo para tomar algumas decisões cruciais, cujos impactos serão da maior

importância para a economia nacional. É preciso, portanto, que o novo governo se posicione rapidamente quanto à orientação estratégica a dar a essas negociações para não ser atropelado pelos acontecimentos e ver suas margens de escolha muito reduzidas.

TEMPERATURA ESQUENTA

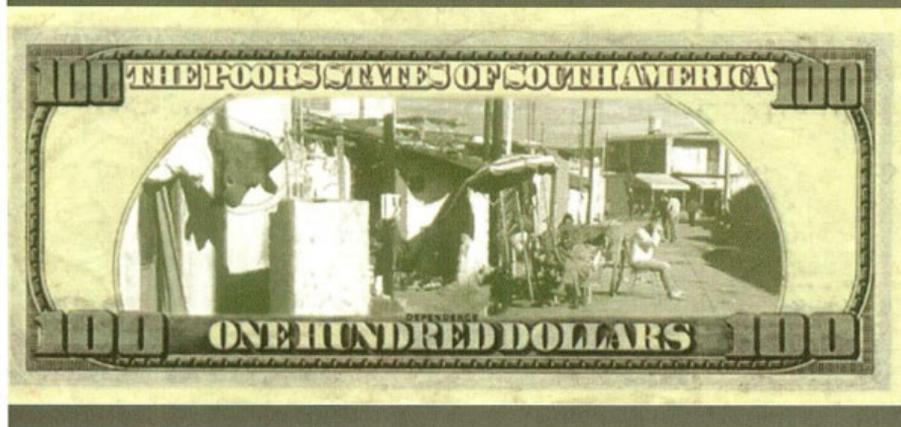
Parece improvável que o novo governo venha a adotar uma posição radicalmente diferente da que o atual vem imprimindo às negociações; ao contrário, todos os indícios apontam para uma posição basicamente similar à que a atual equipe de negociação manteve nos oito anos iniciais de discussão sobre a formação da Alca que, diga-se de passagem, foi acusada, com alguma frequência, pelos norte-americanos de retardar ou mesmo boicotar os entendimentos. Em Quebec, na terceira Cúpula das Américas, FHC deixou claro o ponto de vista do Brasil: ou a Alca oferece ao país benefícios concretos ou não lhe interessa. É muito provável que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dê prosseguimento a essa política elevando em alguns graus a temperatura dos debates.

Na reunião ministerial dos países do hemisfério realizada em Quito em primeiro de novembro de 2002 – ocasião em que o Brasil assumiu, com os EUA, a co-presidência das negociações – os negociadores brasileiros defenderam posição divergentes dos Estados Unidos em três pontos fundamentais. O primeiro deles foi a exigência de que a questão agrícola fosse posta na mesa de negociação na mesma base que os demais assuntos; o segundo foi a exigência de que se abra negociações em torno do

uso, pelos Estados Unidos, de medidas de defesa comercial (antidumping) como forma de protecionismo disfarçado; a terceira foi a exigência de inclusão de uma cláusula de nação mais favorecida nos termos do acordo.

Na questão agrícola, a posição dos Estados Unidos é que esse tema não seja tratado no âmbito da Alca, mas da OMC. Os norte-americanos alegam que a redução do protecionismo agrícola não tem como ser feita sem que a União Européia faça o mesmo. A questão, no entanto, é que esse assunto só deve entrar na pauta da OMC depois de 2006 e Alemanha e França já firmaram um acordo no âmbito da UE visando preservar os subsídios agrícolas pelo menos até 2013. Além do mais, não faz sentido os EUA exigirem em outras áreas, como serviços e propriedade intelectual, que o Brasil faça concessões que vão além do exigido pela OMC e na questão agrícola não queiram fazer o mesmo.

Em relação ao uso das medidas de defesa comercial (antidumping), o que está em jogo é a própria lei de comércio dos EUA, particularmente a chamada emenda Byrd, aprovada no apagar das luzes do governo Clinton, a qual destina as sobretaxas aplicadas aos produtos acusados de dumping às empresas americanas supostamente prejudicadas. Trata-se de um mecanismo totalmente em desacordo com as normas vigentes na OMC e os EUA já deixaram claro mais de uma vez que mudanças em sua lei de comércio não serão utilizadas como moeda de troca no processo de negociação da Alca. O Brasil, por outro lado, considera essencial disciplinar o uso desse instrumento que vem sendo sistematicamente utilizado como



Roberto Cavallo/Dólar Latino

mecanismo de protecionismo disfarçado principalmente contra o setor siderúrgico brasileiro.

A terceira questão – a cláusula de nação mais favorecida – é fundamental para garantir um mínimo de equilíbrio no processo de negociação do acordo. Sem esse mecanismo que estende para todos os membros do bloco as preferências tarifárias dadas a um país em particular, os EUA aumentarão ainda mais seu poder de barganha no processo de negociação, pois poderão abrir seletivamente seu mercado para os países que se comprometam em alinhar-se com eles. Além disso, o Brasil, por ser a maior economia e a mais competitiva depois dos próprios Estados Unidos e do Canadá, com certeza será o menos privilegiado na abertura do mercado americano aos seus produtos. Sob o argumento aparentemente meritório de

oferecer vantagens especiais, como redução mais rápida de tarifas, a grupos de países considerados mais pobres ou menos desenvolvidos, como os da região do Caribe ou do grupo andino, os EUA insistem nessa tese cujo único objetivo é apenas aumentar seu poder de pressão nas negociações.

PROVÁVEL IMPASSE

Se os Estados Unidos se mantiverem inflexíveis em relação a esses três pontos, ao mesmo tempo em que aumentam as exigências em relação aos temas de seu interesse como serviços, investimentos e propriedade intelectual, é provável que as negociações caminhem para um impasse. Trata-se de um quadro complexo que exigirá da diplomacia brasileira uma grande

capacidade de negociação para não aceitar posições prejudiciais ao país e, ao mesmo tempo, não se isolar no processo de negociação.

Se a posição do novo governo for, como é provável, de dar prosseguimento às negociações, é preciso que se tenha claro que a possibilidade de um acordo que seja satisfatório para o Brasil depende em grande parte da disposição firme de não concretizar o acordo sob qualquer condição. Devemos lembrar que ao nosso favor há dois fatos importantes. Primeiro, embora as exportações do Brasil para os EUA sejam expressivas, 75% de nossas exportações destinam-se para outros países. Muito embora tenhamos interesse em ampliar nossa presença no mercado norte-americano, não temos necessidade de fazer isso ao preço de nossa soberania e desenvolvimento futuro.

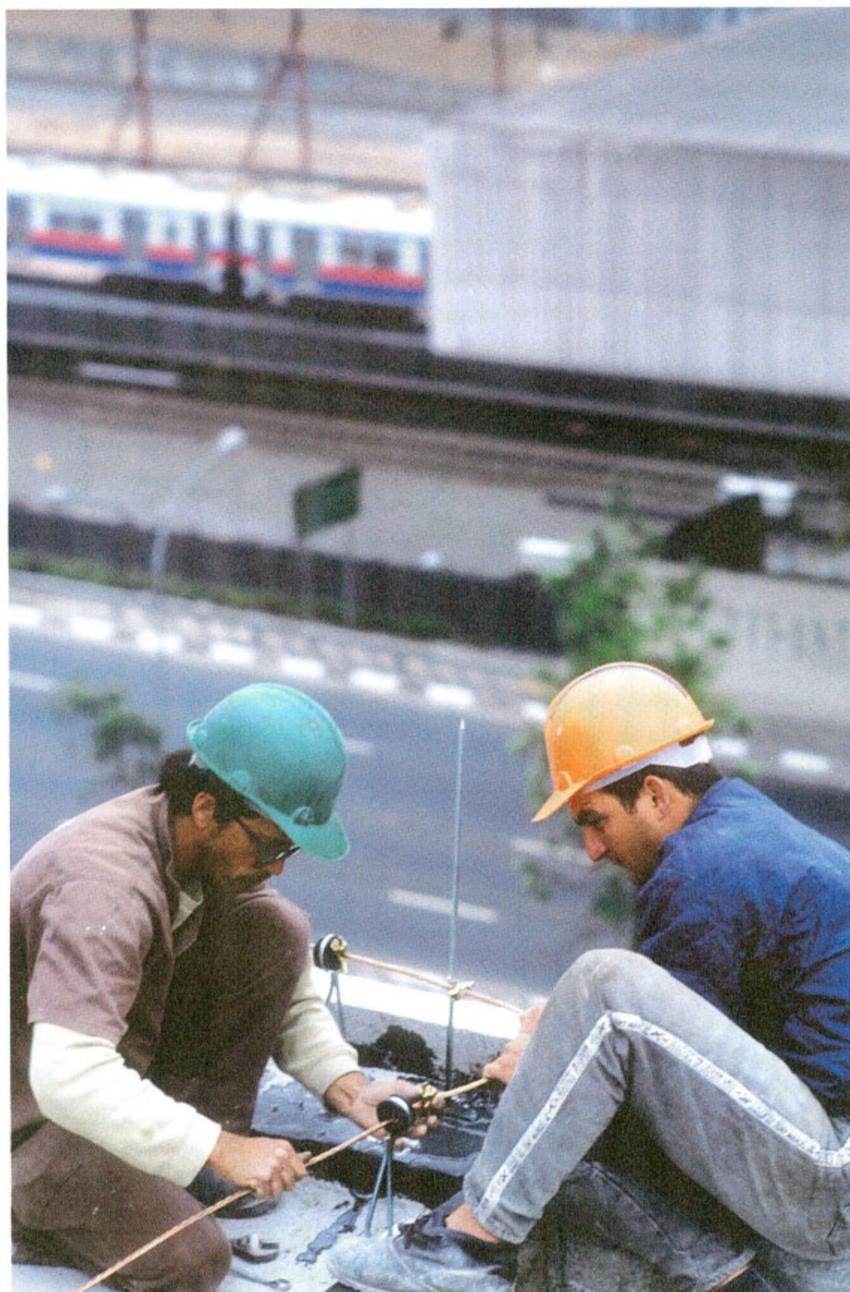
Segundo, o Brasil está negociando paralelamente à Alca mais de uma dezena de outros acordos de livre comércio (Mercosul/União Européia, Mercosul/Comunidade Andina, Mercosul/Índia, Mercosul/Chile, Mercosul/Bolívia, Mercosul/África do Sul, Brasil/China, Brasil/México, Brasil/Trinidade e Tobago e Brasil/Guiana). Ou seja, temos outras alternativas para ampliar as nossas exportações sem ter que nos submeter a exigências descabidas de quem quer que seja.

Aldo Rebelo é jornalista, deputado federal (PCdoB/SP), presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara de Deputados e presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

Desemprego, discriminação e OIT

Organização Internacional do Trabalho (OIT) recebe denúncia de que empresas brasileiras usam “listas de exclusão” com nomes de trabalhadores que acionam a Justiça

PASCOAL CARNEIRO



No Brasil, é comum o descumprimento de normas e acordos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que protegem o trabalhador, o que demonstra que o capital visa apenas o lucro e que combate tudo o que representa obstáculos a este objetivo. Basta lembrar a Convenção 158 contra a demissão imotivada, baseada no princípio de que o emprego é um bem social a ser preservado. O Brasil denunciou o acordo do qual era signatário e retirou-se dele. Evidente que o patronato aplaudiu esta iniciativa do governo FHC.

Já a Convenção 98 fixa que “os trabalhadores gozarão de adequada proteção contra atos de discriminação com relação a seu emprego”. Mas hoje esta norma está na mira do empresariado. Sequer seria necessário buscar amparo nas normas internacionais contra qualquer forma de discriminação se fossem respeitados os direitos inscritos na Constituição. O princípio constitucional brasileiro, que norteia todo sistema legal, já proíbe qualquer tipo de discriminação. Assim, reivindicar um direito no Judiciário é um mecanismo de exercício de cidadania e nenhum cidadão pode ser punido ou impedido de exercer este direito.

EFEITOS DO NEOLIBERALISMO

A globalização neoliberal, cuja influência no Brasil foi intensificada pelo governo FHC, trouxe terríveis conseqüências, entre outras o desemprego em massa com números dignos de um país em guerra ou de um país

miserável. Este desemprego tem duas origens, uma conjuntural e outra estrutural.

O desemprego conjuntural é cíclico e variável. Depende de momentos de maior ou menor crescimento da economia e de fatores sociais e políticos. Isoladamente já seria um grande desafio se observada a diversidade dos problemas internos. Hoje, com a excessiva exposição e fragilidade face à globalização, problemas em qualquer local do mundo têm reflexos aqui e acaba por influenciar no nível de emprego interno.

O desemprego estrutural tem origem nos métodos gerenciais e na automação tecnológica, que eliminam muitos postos de trabalho. A Constituição prevê no artigo sétimo a criação de uma norma de proteção contra a automação. Desde aquela época, o legislador estava atento ao desemprego estrutural. O artigo sétimo, porém, jamais foi regulamentado.

Neste quadro, o trabalhador vive em situação de absoluta desvantagem, com uma oferta de mão-de-obra muito maior do que a oferta de emprego. Diante disso, aquele que tem emprego vive sob o fantasma da demissão e acaba se sujeitando às condições de trabalho precárias e à flexibilização de seus direitos. Neste caminho, sofre toda a sorte de pressões e terrores promovidos pelo empregador ao ponto de ser “impedido” até de reclamar judicialmente os seus direitos.

PRÁTICA CRIMINOSA

Constar de listas com os nomes considerados “nefastos” aos interesses da empresa era antes quase uma exclusividade de sindicalistas. Depois alcançou

também os sindicalizados e agora é compartilhada por qualquer trabalhador. A última inovação patronal é a formação de uma rede com nomes de trabalhadores que processam as empresas. Pressionado, o trabalhador não exige seus direitos e nem aciona a Justiça.

O sentimento de impunidade e a ganância por lucro têm levado os empresários a este tipo de conduta. Já surgiu inclusive um novo segmento que oferece listas com nomes dos que processam as empresas. Estas firmas chegam a anunciar que têm mais nomes do que as empresas de proteção ao crédito. O Ministério Público do Trabalho já recebeu uma série de denúncias. Há cerca de 187 investigações em andamento.

Em parte a criação destas listas foi facilitada pelo acesso via internet do site da Justiça do Trabalho que disponibilizava os nomes dos reclamantes (autores em ações trabalhistas). Para dificultar essa forma de alimentar as listas, o Tribunal Superior do Trabalho já expediu recomendação para que não sejam mais disponibilizados na “rede” os nomes dos trabalhadores que ingressam com ações.

Em recente reunião com representantes das centrais sindicais, o ministro do Trabalho, Paulo Jobim, disse que se forem autuados em flagrante, os donos das empresas que não contratam quem já entrou com ação trabalhista poderão ser presos. Segundo ele, feita a denúncia, a fiscalização será acionada imediatamente e, dependendo do caso, poderá ser acompanhada dos sindicatos e da Polícia Federal para fazer o flagrante. Para o presidente do TST, Francisco Fausto, este é um passo “muito tímido” no combate a esta prática.

MEDIDAS URGENTES

A atual estrutura estatal de fiscalização e controle de práticas abusivas e ilegais contra os trabalhadores é um desalento. A contratação sem registro em carteira profissional é ilegal, sujeita a sanções; no entanto, o número de trabalhadores nesta situação já é superior ao dos que gozam de direitos legais. Brasileiros sujeitos a condições desumanas, como trabalho escravo e infantil, são comuns. Mas a situação persiste devido à impunidade e à falta de fiscalização. É lucrativo para o patrão não cumprir as normas trabalhistas.

Neste cenário, poucos são os que recorrem à morosa e mal estruturada Justiça do Trabalho e, mesmo assim, o patronato criou um mecanismo para evitar qualquer iniciativa do trabalhador em acioná-la: as listas dos indesejados, dos “reclamões”.

Resta às centrais e aos sindicatos denunciarem tais práticas aos órgãos competentes (Ministério Público do Trabalho, Delegacias do Trabalho e Organização Internacional do Trabalho) e exigir do poder público tratamento policial ao caso; investimentos em fiscalização; e aplicação de sanções penais e pecuniárias. As legislações trabalhista e penal devem ser modificadas, inserindo-se mecanismos severos de punição ao empregador que descumpra a lei. O Ministério do Trabalho deve ser reestruturado com investimento nas delegacias regionais, com especial atenção à fiscalização.

Pascoal Carneiro é secretário nacional de políticas sociais da CUT e membro da coordenação da Corrente Sindical Classista (CSC)



Jesus Carlos

Trabalho escravo "sobreviveu" ao governo FHC

O trabalho escravo é uma caixa-preta que, quando for aberta, vai escandalizar o país. A declaração é do presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Francisco Fausto, acrescentando que esse problema só será resolvido quando houver uma revisão da legislação penal. O comentário foi feito no final de outubro quando da divulgação de um estudo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que comprova que há cerca de 15 mil trabalhadores vivendo em situação análoga à da escravidão no Brasil.

O combate a este tipo de exploração da mão-de-obra foi uma das principais bandeiras da

O combate à escravidão foi uma das principais bandeiras de campanha de FHC; passados oito anos, as denúncias revelam que o problema está longe de ser resolvido

CLÁUDIO GONZALEZ

campanha presidencial de FHC em 1994 e na campanha pela reeleição de 1998. Em ambas, ele prometia combater o trabalho

infantil e erradicar o trabalho escravo no país. Passados oito anos desde a primeira promessa, as denúncias quase mensais divulgadas pela imprensa revelam que o problema está longe de ser resolvido.

O Ministério do Trabalho e Emprego não reconhece os números divulgados pela CPT e acredita que as estatísticas são muito menores. Já a Ordem dos Advogados do Brasil traçou uma estimativa de 25 mil escravizados. Os dados oficiais são de 639 trabalhadores escravos em 1999, número que subiu para 1.468 em 2000, com casos registrados principalmente no Pará,

O trabalho escravo é uma caixa-preta que, quando for aberta, vai escandalizar o

Maranhão, Tocantins, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O Piauí é o estado do qual migra o maior número de trabalhadores escravos.

Mas esses números retratam apenas os casos em que houve efetiva “libertação” dos trabalhadores após investigação do Ministério do Trabalho. A Pastoral da Terra tem experiência de longos anos no combate ao trabalho escravo contemporâneo e seus números têm respaldo em estudos concretos. Portanto, o ministro do TST não precisa esperar a “caixa preta” ser aberta, ele e toda a sociedade podem se escandalizar desde já. Exemplos e motivos para isso não faltam.

TIPOS DE ESCRAVIDÃO

Em abril deste ano, a *Debate Sindical* publicou matéria sobre o tema. Nela, explica-se que o trabalho escravo contemporâneo tem como característica o uso da força para suprimir a liberdade, obrigando a pessoa a trabalhar mesmo contra a sua vontade e sem a possibilidade de escapar e mudar de situação. Há basicamente dois tipos de escravidão “moderna”: o trabalho forçado e a escravidão por dívida (conhecida internacionalmente como *debt enslavement*).

O trabalho forçado pode envolver qualquer coisa, desde o trabalho nas prisões na China e nos EUA até a escravidão clássica no sul do Sudão, onde os negociantes de escravos literalmente raptam rapazes e moças – exatamente como faziam há séculos atrás – e os obrigam a trabalhar para os seus novos

donos, às vezes pelo resto de suas vidas. A escravidão por dívida normalmente se caracteriza quando o empregador, usando de ameaça, mantém os empregados em sua propriedade, alegando que estes trabalhadores possuem dívidas maiores que o salário que teriam a receber.

É nesta última caracterização que se enquadram quase todos os casos de trabalho escravo no Brasil de hoje. Situações que fogem a esse padrão são raras, mas de vez em quando aparecem. Exemplo recente é o caso do vigia que trabalhou trancado durante 11 meses numa empresa da capital paulista. Josias Pereira da Silva, 24, era empregado num depósito de bebidas do Jardim Iguatemi, na zona leste de São Paulo.

“Quando fui contratado, ninguém me disse que eu ficaria trancado por dentro, sem as chaves do local”, diz Silva, que trabalhou de segunda a sábado, das 17h30 às 8h, com oito cadeados do lado externo do depósito. Aos domingos a jornada começava às 12h30 e terminava às 8h do dia seguinte. Também não havia folgas semanais. “Minha maior preocupação era passar mal e não ter socorro”. O ex-vigia, que recebia R\$ 358,00 e afirma ter

trabalhado de agosto de 2000 a março de 2001 sem registro, diz que a comida vinha pelo vão inferior do portão de ferro. “Minha mulher trazia uma marmita por volta das 21h. Ela agachava e passava a comida por baixo do portão”. Silva conta que saiu do local em julho de 2001. Seus ex-patrões alegaram na justiça que “não sabiam” que era proibido trancar os funcionários.

Mas fora casos raros e indignantes como o de Josias, a maioria dos trabalhadores em situação análoga à da escravidão sofre seu calvário em campos distantes, especialmente nas regiões Norte e Centro-Oeste. Nelas pontuam atividades de desmatamento e abertura de novas fazendas para introdução da pecuária que concentram grande quantidade de trabalhadores trazidos de outras regiões, principalmente dos estados do Nordeste, sendo que o Pará é o “campeão” em denúncias de trabalho escravo. O número de fazendas denunciadas no Estado passou de 24, em 2001, para 80 neste ano (até o início de outubro). A CPT estima que existam cerca de 3.200 trabalhadores nessa situação só em áreas do Pará.

Estudos da CPT comprovam que há cerca de 15 mil trabalhadores em situação análoga à da escravidão em todo o Brasil

DENÚNCIA DA PASTORAL

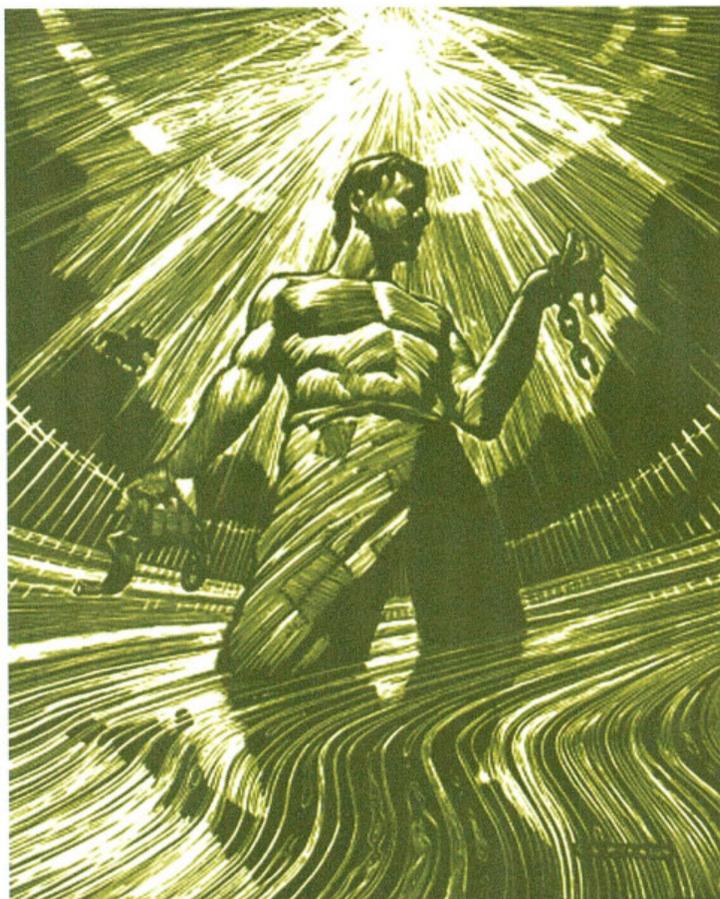
“Esse número é assustador, pois ainda não terminou o ano, e é possível que fique até três vezes maior do que em 2001”, afirma Frei Xavier Plasser, coordenador da campanha contra o trabalho escravo da CPT. Para ele, os mecanismos implementados pelo governo federal para o combate ao

país, garante o presidente do TST, ministro Francisco Fausto

trabalho escravo, como o Grupo Especial de Fiscalização Móvel, não têm sido suficientes para atender a todas as denúncias. “O grupo aumentou o número de resgate de trabalhadores escravos, mas está longe de atender a quantidade de fazendas que precisam ser fiscalizadas”.

Para Xavier, há regiões no Amazonas, Pará e Mato Grosso que nunca foram fiscalizadas. O clérigo disse que a CPT já havia alertado sobre uma possível explosão do número de denúncias, mas que o governo não agiu. A crise econômica, aliada à paralisação da reforma agrária e à falta de fiscalização, são fatores que levam a esperar um crescimento dos casos. A impunidade é outro fator que estimula os fazendeiros a utilizar essa mão-de-obra. Segundo o Ministério do Trabalho, de 1995 a 2002 (até setembro), 4.581 trabalhadores foram libertados, porém apenas 26 pessoas foram presas em flagrante e três, condenadas.

No final do último mês de setembro, Xavier participou da I Jornada de Debates sobre Trabalho Escravo, realizada no auditório do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Durante o evento, ele protestou contra a “surpreendente” decisão do Ministério das Relações Exteriores que havia recusado as ofertas do



programa OIT-Brasil destinadas a reforçar as ações do grupo móvel com verbas para diárias, viagens (até para o aluguel de helicópteros) e compra de equipamentos eletrônicos.

FALHAS NA LEGISLAÇÃO

Não há caracterização específica na lei para quem emprega trabalhadores nessa situação. Os acusados são enquadrados em outros tipos de crime, como privar de liberdade mediante seqüestro (reclusão de dois a oito anos) ou aliciamento de trabalhadores (detenção de um a três anos e multa). A CPT considera que somente a

fiscalização não basta para combater o trabalho escravo e é a favor de medidas sociais para auxiliar os trabalhadores, além de defender punição mais rígida para os empregadores.

A pastoral apóia algumas propostas defendidas pelo Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado, como a expropriação de fazendas que tenham trabalhadores escravos, além da criação de um seguro-desemprego e a qualificação profissional para trabalhadores resgatados do trabalho escravo, que teria recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Todos esses temas fazem parte de projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional. O mais adiantado é o da expropriação, de autoria do senador Ademir Andrade (PSB-PA), que foi aprovado no Senado e está à espera de votação pelos deputados. Eles também fazem parte da pauta de reivindicações entregue a FHC, no início de outubro, por representantes da sociedade e da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Parte das reivindicações foi incorporada na redação de uma Medida Provisória editada pelo governo.

Cláudio Gonzalez é jornalista, integrante do conselho de redação da *Debate Sindical*

A reforma trabalhista e sindical de Lula

O debate sobre mudanças na estrutura sindical e nas relações de trabalho sempre esteve na pauta dos agentes econômicos e sociais e, por provocação destes, eventualmente na agenda governamental. Há quase que uma unanimidade sobre a necessidade de mudança, mas quase nenhum acordo acerca do seu conteúdo. Cada representação dos trabalhadores e empregadores possui fundamentos, modelos e objetivos diferentes. Desta vez, como o presidente eleito tem origem sindical, a tendência é que o governo lidere a mudança, com ou sem consenso entre os segmentos envolvidos.

A idéia esboçada no programa de governo é criar um Fórum Nacional com a participação das representações dos trabalhadores e empregadores, sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego, debater sugestões de toda a sociedade e formular um modelo de relações de trabalho e organização sindical, envolvendo, além dos atores sociais, os poderes Legislativo e Judiciário.

PROPÓSITO NOBRE

O propósito é dos mais nobres e deve merecer apoio. Ninguém realmente é contra, por exemplo, o reconhecimento das centrais como entidades sindicais;

ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ



Governo não deve colocar mais lenha na fogueira com uma agenda negativa

a remoção de obstáculos ao pleno exercício da atividade sindical, como a eliminação da restrição do artigo 522 da CLT que limita a sete o número de dirigentes sindicais com direito a estabilidade; nem contra a jornada semanal de 40 horas semanais.

Entretanto, o novo governo deve ter muito cuidado para não dificultar a aprovação da agenda positiva, como a reforma tributária, o combate à fome, o primeiro emprego, entre outras prioridades do presidente, com uma pauta negativa que inclua temas que dividam a base aliada, em particular o movimento sindical.

RISCO DESNECESSÁRIO

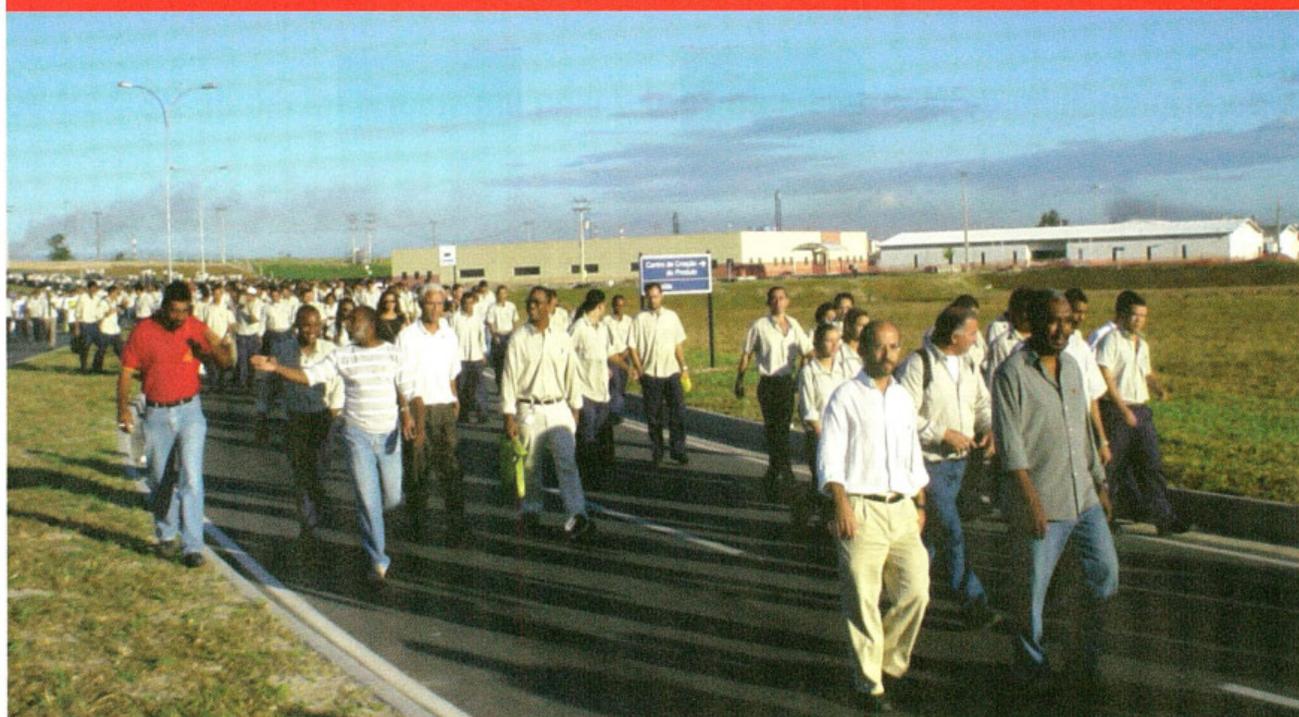
Assim, qualquer iniciativa que signifique ameaça ou desmonte

do Direito do Trabalho, como a precarização, flexibilização ou supressão de conquistas, ou sinalize para a pulverização e enfraquecimento do movimento sindical, deve passar antes por exaustivo processo de discussões e negociações envolvendo todos os segmentos interessados. De um lado, para esclarecer e desfazer eventuais expectativas negativas. E, de outro, para evitar defecções na base de sustentação e paralisa do processo decisório.

Isto, entretanto, não deve retirar nem diminuir a urgência, necessidade e conveniência de imediata deliberação sobre os temas positivos e que têm consenso no movimento sindical, como a redução da jornada, o resgate dos direitos suprimidos, uma política salarial, a abertura de canais de diálogo com os agentes econômicos e sociais, a diminuição ou eliminação dos encargos sobre o salário, formalização do trabalho informal, política de geração de emprego e renda sem sacrifício de direitos, entre outras.

O governo Lula já terá muitos problemas para ficar criando novos. Além da ameaça de volta da inflação e da herança de FHC, o novo governo corre o risco de iniciar sob a pressão de uma guerra externa, com forte reflexo no país, especialmente no preço do petróleo. A situação, portanto, é por demais explosiva para o próprio governo colocar mais lenha na fogueira com uma agenda negativa, que divida as forças que lhe deram sustentação na eleição.

Antônio Augusto de Queiroz é jornalista, analista político e diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).
Correio eletrônico: toninho@diap.org.br



Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia

Ford Bahia: uma fábrica fora da ordem

“A fábrica de Camaçari é a fábrica com menores custos em todo o mundo”. A declaração do dirigente da multinacional norte-americana, Bill Ford, serve para desmascarar os objetivos desta empresa na Bahia

AURINO PEDREIRA DO NASCIMENTO FILHO

Ao chegar à Bahia para iniciar suas operações no ano de 2000, a Ford dos EUA, com um faturamento anual de mais de US\$ 200 bilhões, não tinha mesmo objetivos nobres. Tinha claro objetivo comercial, o lucro fácil e rápido, e, para isso, não deveria haver qualquer preocupação com os métodos. Desde que iniciou suas operações no pomposo projeto de nome

Amazon, a montadora norte-americana deu mostras de que sua intenção era botar para quebrar. E vem fazendo isso.

Em 13 de abril de 2002, a PM brutalizada do “carlismo”, convocada pela Ford, avança sobre centenas de trabalhadores na porta da fábrica, em Camaçari. O saldo da ação do 12º Distrito Policial foi de 15 feridos e vários sindicalistas agredidos. Não ficou

só nisso. Dezesete dias depois, véspera do 1º de Maio, a PM novamente atua para tentar inviabilizar uma assembléia dos metalúrgicos. Tal violência resultou na ida de uma delegação de sindicalistas e parlamentares a uma audiência com o ministro da Justiça em Brasília.

São estes os métodos que a Ford, em aliança com o governo da Bahia e a prefeitura de

Operário da linha de montagem da Ford ganha um salário médio de R\$ 550,00;

Camaçari, usa para garantir a Bill Ford a retaguarda aos seus pronunciamentos. Aliado aos cassetes e bombas de gás, ela aplica uma política de recursos humanos que se assemelha à praticada por algumas oficinas mecânicas de esquina. Sem exagero. Um operário da linha de montagem no Projeto Amazon ganha um salário médio de R\$ 550,00. A Ford quer impor a este trabalhador uma jornada que pode chegar a até 54 horas semanais.

FALSAS PROMESSAS

É contra esta situação humilhante que os trabalhadores da empresa têm se levantado. Até porque, o que lhes foi prometido pelo governo da Bahia e pela montadora era bem diferente. Para fazer jus aos imensos investimentos públicos e a uma política de isenções fiscais nunca vistos, fez-se muita propaganda das vantagens da fábrica se instalar no Estado. Falaram em 5 mil empregos diretos e 50 mil indiretos. Um colírio para os olhos de quem enfrenta 27% de desemprego na região metropolitana de Salvador.

Mas o líquido que pingou do pacote da Ford não era colírio. Hoje, após a fábrica estar em operação e contribuir decisivamente para que a montadora crescesse suas exportações em 11%, o que se vê entre os empregados é um misto de desesperança e decepção. Fazem parte do seu dia-a-dia preocupações com doenças ocupacionais e falta de segurança, além da ausência de um salário justo.

Esta realidade não encontra paralelo em nenhuma outra fábrica da Ford no mundo. Nem na Argentina, país que atravessa grave crise econômica, o grupo norte-americano ousou explorar tanto. Ela conta, porém, na Bahia, com a conivência do grupo político que dirige o governo estadual e a prefeitura de Camaçari. Os políticos carlistas fecham os olhos para a enorme discriminação praticada pela empresa. Recebem em troca do seu silêncio o “green card” para continuarem usando a vinda da montadora para cá como um instrumento de propaganda enganosa, com a ajuda da qual continuam se perpetuando no poder.

Até 2010, empresa terá economizado R\$ 3 bilhões entre isenções fiscais e investimentos diretos do governo

RECURSOS FÁCEIS

Os deputados estaduais de oposição na Bahia descobriram no orçamento para 2003, em discussão na Assembléia Legislativa, que o governo está reservando R\$ 50 milhões para o Programa de Fomento à Indústria Metal-Mecânica (Proauto). Como a única montadora existente por estas bandas é a Ford, concluiu-se que este dinheiro deve drenar o cofre da empresa tão logo o reveillon passe.

Mas esta é apenas uma gota da torneira que foi aberta para trazer a montadora ao “tabuleiro da baiana”. A conta que o Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia faz é que até 2010 a empresa terá economizado algo em torno de R\$ 3 bilhões, entre investimentos diretos e isenções fiscais. Sem falar nos ganhos que terão com o pagamento de salários aviltantes e a negativa de direitos a seus empregados.

Ainda em 1999, a Ford garantiu os meios pelos quais trocaria os pampas gaúchos pelas praias do litoral norte da Bahia. Além dos incentivos regulares para se instalar em áreas de atuação da Sudene, a empresa contou com outros dutos de recursos fáceis. Pasmem-se:

- Financiamento de R\$ 700 milhões através do BNDES;
- Isenções fiscais do Estado da Bahia e da Prefeitura de Camaçari (ICMS, ISS etc);
- Redução de 32% da carga de IPI até 2010;
- Financiamento de capital de giro até 12% do valor do faturamento bruto, por 15 anos, com carência de 10 anos para começar a pagar e prazo de mais 12 para devolver o dinheiro. Com um porém: a empresa terá ainda 98% de desconto nas primeiras 72 parcelas. Em bom português, só paga mesmo pouco mais da metade do que deve;
- Financiamento a investimentos fixos e despesas de implantação do projeto por 15 anos, com carência de cinco anos para começar a pagar e 10 anos para devolver o dinheiro. Outro porém: juros de 6% ao ano, sem atualização monetária;
- Financiamento de pesquisa e

a multinacional ainda quer impor uma jornada de até 54 horas semanais

desenvolvimento de produtos;

■ Realização de obras de infraestrutura como a construção de porto, ramal ferroviário para uso exclusivo, ampliação de estradas, edificação de redes de energia elétrica, telefonia, água e esgoto;

■ Criação de linhas específicas de transporte para atender aos funcionários da Ford.

Hoje, em plena operação, o *Amazon* gera menos de 4 mil empregos. Não se vê na região metropolitana sinais claros dos 50 mil empregos indiretos. De concreto mesmo, surgiu um grupo de sindicalistas pelegos, à busca de fundar uma entidade sem legitimidade, e começa a se formar em Camaçari uma legião de trabalhadores lesionados, consequência do trabalho repetitivo na linha de montagem dos carros Fiesta.

ESCRavidÃO MODERNA

A alardeada vinda da Ford para Bahia serviu em parte para esconder as condições oferecidas pelos governantes, que criaram entre os baianos a falsa impressão da solução para o desemprego. Por outro lado, a montadora altamente robotizada conta com 30 empresas no sistema de condomínio na sua linha de produção. Esta experiência tem sido estabelecida com as firmas fornecedoras de autopeças e de serviços (em geral, apenas uma faixa no piso separa uma empresa da outra), na busca de um menor custo e uma maior produtividade. Essa “modernidade” é contraditória com as relações de trabalho oferecidas.

A política de recursos



Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia

humanos da Ford remonta às primeiras décadas do século passado. Além de negar direitos elementares aos seus empregados, a empresa não mantém uma relação de trabalho madura com a representação dos trabalhadores, o Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia.

Não bastasse isso, ela fecha os olhos para a política de semi-escravidão praticada por algumas empresas que atuam dentro do complexo, as chamadas sistemistas. Salários baixos, não cumprimento de direitos trabalhistas, desrespeito da jornada, sobrecarga de trabalho, são alguns dos problemas denunciados pelo sindicato, que já registra casos de doenças ocupacionais causadas pelo aumento do ritmo de trabalho.

A discriminação contra os operários baianos atinge todo o complexo. Os empregos de maior qualificação são destinados a trabalhadores de outros estados

ou até mesmo de outros países. Os salários praticados em comparação ao de São Paulo representam algo em torno de 1/3.

Ao se instalar na Bahia, a Ford anunciou que respeitaria a “cultura baiana”, que significa a regionalização das condições de trabalho. Mas além da defasagem salarial média de 40% em comparação as principais indústrias locais, ela não fornece transporte e assistência odontológica, prática comum nestas empresas. Há mais de um ano o Sindicato dos Metalúrgicos vem tentando negociar um acordo com a montadora que inclua temas como jornada de trabalho, plano de cargos e salários, assistência médica e odontológica, transporte, saúde e segurança. Em vão. Estes assuntos parecem não interessar à Ford.

Aurino Pedreira do Nascimento Filho é presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia

Vitória da oposição

Cerca de 100 mil ativistas do mundo inteiro são esperados na terceira edição do Fórum Social Mundial, no final de janeiro, em Porto Alegre

O III Fórum Social Mundial (FSM) acontece em Porto Alegre entre os dias 23 e 28 de janeiro de 2003. Impulsionado pela grande vitória da oposição no Brasil, ele deverá atrair à capital do Rio Grande do Sul um número de pessoas ainda maior do que nas edições anteriores. Prevê-se quase 100 mil participantes.

A presença do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, ainda não está confirmada, mas a expectativa é de que ele compareça novamente ao evento, como fez nas duas edições anteriores. O FSM nasceu como uma resposta ao Fórum Econômico Mundial, que reúne os principais representantes do mundo capitalista. A presença de Lula no evento do "lado de lá" também não está confirmada.

Qualquer que seja a decisão do presidente, certamente ele estará no centro dos debates. Se decidir ir a Porto Alegre, será criticado pelo "mercado". Se optar pelo Fórum Econômico, causará frustração nos milhares de participantes do FSM que nas edições anteriores fizeram com



que Lula fosse a presença mais concorrida, ovacionada por qualquer lugar que passasse.

O Fórum Social Mundial é organizado pelo Conselho Internacional do FSM. Sua secretaria é composta por oito entidades brasileiras (Abong, Attac, CBJP, Cives, CUT, Ibase, MST e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos). Constituído em 2001, o conselho vem trabalhando para transformar o fórum não apenas num evento

Parte da riqueza do Fórum advém exatamente das atividades auto-organizadas pelos participantes

anual, mas em um processo mundial que vai ganhando cada vez mais organicidade e capilaridade em inúmeros países.

Foi constituído também um Conselho Brasileiro do FSM para

impulsiona FSM-2003



Jesus Carlos

ampliar a participação das organizações sociais na sua difusão em todas as regiões do país, assim como no processo de preparação do evento em Porto Alegre.

Hoje uma das características do FSM é a multiplicação de fóruns regionais e temáticos por todo o mundo. Já foram realizados o Fórum sobre a Crise Argentina, de 22 a 25 de agosto, em Buenos Aires, e o Fórum Social Europeu, em Florença, na Itália, de 7 a 10 de novembro.

FSM visa superar a globalização neoliberal e luta pela idéia de que "um novo mundo é possível"

Estão previstos o Fórum Social Asiático, na Índia, de 2 a 7 de janeiro de 2003; o II Fórum Social Temático Panamazônico, em Belém do Pará, de 16 a 19 de janeiro; e o Fórum Social Temático sobre a Palestina, ainda sem data e local definidos.

EIXOS TEMÁTICOS

O III FSM será realizado em bases um pouco diferentes do anterior. Desta vez serão cinco eixos temáticos e não quatro. Para cada eixo, serão organizados múltiplos painéis, além de conferências. Foi composto um grupo para trabalhar na montagem dos painéis – que serão organizados segundo os cinco eixos, em que cada um contará com cerca de seis subtemas – e para fazer sugestões na montagem das conferências.

Além dos painéis e conferências, o FSM de Porto Alegre contará com inúmeras outras atividades, como oficinas, seminários, mesas de controvérsia, testemunhos, eventos culturais, acampamento da juventude, coletivas de imprensa, entre

outras iniciativas. Grande parte da riqueza do fórum advém justamente das atividades auto-organizadas pelos participantes.

Viabilizar este amplo conjunto de atividades é a demonstração do caráter aberto do evento e do processo do FSM. Mais uma vez, não é intenção dos organizadores realizar nem sínteses nem apontar alternativas, e sim dar visibilidade à diversidade de propostas para a construção de um outro mundo. Serão cinco os eixos temáticos do FSM-2003. Cada eixo é concebido como catalisador das preocupações, propostas e estratégias que já são desenvolvidas pelas organizações participantes deste processo. São eles:

- Desenvolvimento democrático e sustentável;
- Princípios e valores, direitos humanos, diversidade e igualdade;
- Mídia, cultura e contra-hegemonia;
- Poder político, sociedade civil e democracia;
- Ordem mundial democrática, combate à militarização e promoção da paz.

DINÂMICA DO EVENTO

Na dinâmica do Fórum Social Mundial, as conferências têm a finalidade de socializar visões e análises para o grande público. Seu objetivo é o de contribuir para o fortalecimento de um movimento de opinião bastante amplo, voltado para a necessidade, a possibilidade e a urgência de construir "outros

mundos” diante das ameaças e limites da globalização econômico-financeira do neoliberalismo. A proposta é que seja organizada pelo menos uma conferência por eixo temático.

Já os painéis, estruturados por eixo temático, são por excelência o mapa de ações e a face pública do FSM como fórum da sociedade civil mundial. Trata-se de uma explicitação das grandes questões, propostas e estratégias com sua diversidade de inserções e visões, em sua ação pela mudança da globalização neoliberal e pela emergência de “outros mundos possíveis”.

Os testemunhos são depoimentos de personalidades – ou grupos de pessoas que atuam numa mesma área – cujas trajetórias exemplares de vida e ação em prol da liberdade e da dignidade humana apontam caminhos para um novo mundo. É uma forma de valorizar o patrimônio político-cultural do campo das entidades, organizações e movimentos que constroem o FSM.

As “mesas de diálogo e controvérsia” são um espaço específico no interior do FSM para confrontar visões e propostas de delegados com os convidados de partidos, governos e organizações da ONU. Trata-se de eleger questões “quentes” em que o estabelecimento do diálogo e da controvérsia, segundo regras previamente acordadas, possa ser útil na própria explicitação de propostas e estratégias da sociedade civil.



Os seminários são espaços de reflexão sobre o “estado da questão” e possíveis desdobramentos em torno de uma temática delimitada dos subtemas em cada eixo. Visam elaborar e aprofundar o diagnóstico destas questões e discutir propostas e estratégias referentes à temática. Trata-se de um momento essencial para a elaboração conjunta, agregando organizações, movimentos e redes em torno dos temas, procurando fortalecer o bloco de sujeitos portadores das propostas e ações.

As oficinas são atividades propostas pelos movimentos e organizações que se inscrevem como delegados no FSM-2003. Elas são a fábrica do fórum, uma espécie de laboratório civil mundial, e têm a finalidade de permitir o encontro, a troca de experiências, a articulação, o

planejamento e a definição de estratégias de grupos, coalizões, redes, movimentos, organizações, sempre pensando em sua ação presente e futura.

Também haverá um espaço reservado ao debate sobre os fóruns regionais e temáticos. Serão organizadas atividades permanentes e criadas facilidades para que os diferentes fóruns que se realizaram previamente ao de Porto Alegre possam manifestar-se. Será uma espécie de local de exibição, encontro e debate aberto durante todo o tempo de realização do FSM-2003, com um programa específico a ser debatido com os que tomaram a iniciativa dos diferentes

fóruns. Trata-se de dar visibilidade ao processo de mundialização do FSM, respeitando a autonomia, características e dinâmica específica de cada fórum realizado.

As inscrições para o FSM-2003 em Porto Alegre estão abertas a todos os interessados. Aqueles que não atuam em nenhuma organização ou movimento poderão participar como ouvintes nas oficinas e em todas as atividades públicas. No entanto, não poderão propor atividades. A concepção do FSM pressupõe que o conjunto dos delegados tenha um certo equilíbrio na representatividade. Ou seja, Ásia, África, Oceania e América Latina deverão estar bem representadas, além da Europa e América do Norte.

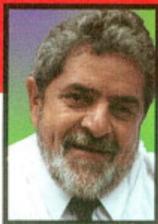
Guimomar Prates é jornalista, integrante do conselho de redação da *Debate Sindical*

O sindicalismo classista diante do governo Lula



Jesus Carlos/Campanha 2002

Nos dias 20 e 21 de novembro, em São Paulo, a Corrente Sindical Classista, a segunda maior tendência organizada no interior da CUT, realizou um encontro nacional para discutir a nova tática do sindicalismo diante do governo eleito em outubro. O documento "A CSC frente aos desafios do novo quadro político" serviu de base para a reflexão no evento, que reuniu dirigentes sindicais de vários estados. O texto ainda está em processo de construção, mas dá importantes contribuições ao posicionamento do sindicalismo no novo ciclo político que se inicia no país com a histórica vitória de Luiz Inácio Lula da Silva



A eleição de Lula não foi um acontecimento fortuito, mas sim o triunfo de forças políticas e sociais que jamais alcançaram representação no governo

1- Os trabalhadores, as trabalhadoras e o povo brasileiro conquistaram em outubro uma vitória de dimensões históricas com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. Não foi um acontecimento fortuito, mas o triunfo de forças políticas e sociais que jamais alcançaram representação no governo e que venceram em aliança com setores das classes dominantes interessados em outro caminho para nosso país.

2- A base objetiva para este resultado foi o esgotamento e a falência do modelo neoliberal, que por aqui também responde pelo nome de Consenso de Washington, imposto à nação pelo governo FHC, sob orientação do FMI e dos EUA. A herança desta política é perversa para a nação e, sobretudo, para os assalariados. O Brasil está às portas da insolvência, com reservas internacionais em nível crítico e decrescente; com uma economia estagnada; com um passivo externo que corresponde a cerca de 70% do PIB e gera uma necessidade de financiamento externo em torno de 50 bilhões de dólares ao ano; com um real depreciado que vem provocando um assustador aumento da inflação; com uma dívida interna preocupante, em boa medida dolarizada; com arrocho e redução da participação dos salários na renda nacional, desemprego em massa, índices aterradores de violência, informalização e precarização dos contratos e condições de trabalho.

3- O recado das urnas é muito claro. O povo brasileiro condenou energicamente este modelo neoliberal, que cobrou pesados

sacrifícios à maioria e só favoreceu os interesses dos grandes credores das dívidas externa e interna. A nação reclama mudanças. A vitória de Lula e da frente de oposição despertou uma grande esperança popular em um novo rumo para o Brasil.

4- A eleição de um operário metalúrgico à Presidência, líder das grandes greves do ABC paulista, rompe com preconceitos seculares e tende a abrir uma nova etapa em nossa história, pondo fim ao ciclo das décadas perdidas e inaugurando uma era de desenvolvimento sustentada na justiça social, redistribuição da renda, ampliação do mercado interno e valorização do trabalho. Expressou um notável avanço da consciência social e mudanças positivas no imaginário das massas. Alterou a correlação de forças e criou um cenário político bem mais favorável à luta dos trabalhadores.

5- Ingressamos num momento de transição e é preciso ter

consciência de que a mudança para um novo modelo de desenvolvimento ainda não está dada e nem virá com um estalar de dedos, sem lutas entre o velho e o novo, contradições, avanços e recuos. Embora derrotadas nas urnas, as forças ligadas ao capital financeiro internacional e aos beneficiários locais do velho modelo continuam vivas, atuando com vigor e cinismo no sentido de limitar os passos do novo governo e impedir mudanças substanciais na política econômica. A herança perversa de FHC, em especial a vulnerabilidade externa exacerbada e o recrudescimento da inflação, também conspira contra o sucesso da transição.

NOVA TÁTICA

6- O apoio ao governo Lula exige das lideranças classistas a elaboração de uma nova tática política. Cabe à Coordenação Nacional da CSC contribuir neste sentido procurando, ainda no fragor da vitória, pensar as conseqüências do novo quadro político para os trabalhadores. Devemos lutar para que a transição ocorra com sucesso no sentido de superação do atual modelo e constituição de um governo orientado pelos interesses maiores da nação e em especial dos trabalhadores.

7- O principal desafio da nova administração será a recuperação do crescimento. Uma outra época só será inaugurada quando a economia nacional voltar a exibir taxas de desenvolvimento econômico e nível de emprego compatíveis com as necessidades e



possibilidades do país. Justifica-se e merece o apoio da CSC a negociação de um pacto nacional pelo crescimento e o emprego, envolvendo todos os segmentos da nossa sociedade interessados no avanço das forças produtivas. Não será possível, nas condições dadas pela crise econômica, realizar as transformações que a nação reclama sem reunir uma maioria política favorável a um novo rumo. É justo que o governo Lula encaminhe, já neste período de transição, uma política de frente ampla com outras forças sociais. Ao mesmo tempo, o movimento popular e destacadamente as lideranças classistas devem redobrar os esforços de mobilização e organização dos trabalhadores a partir das bases e em todas as instâncias.

8- Naturalmente, as concepções sobre o caminho a percorrer e os interesses dos sujeitos envolvidos na proposta de pacto serão em muitos aspectos divergentes e contraditórios. Entendemos que as massas trabalhadoras devem ser as principais protagonistas do novo projeto de desenvolvimento. Contemplando os interesses populares, o governo Lula poderá criar as condições sociais e econômicas para mudar, ampliando o consumo das massas, fortalecendo o mercado interno e estimulando o crescimento. A redução da jornada de trabalho e outras medidas de combate ao desemprego, por exemplo, podem proporcionar o aumento da capacidade produtiva e da riqueza nacional ao incorporar à atividade econômica milhões de trabalhadores excluídos do mercado pelo neoliberalismo.

9- Não há contradição entre uma política de valorização do trabalho e o novo modelo de desenvolvimento econômico. Pelo contrário, a filosofia da valorização



Jesus Carlos/1979

da força de trabalho, que constitui o componente mais dinâmico das forças produtivas, deve ser entendida como o fundamento da nova política econômica. Os interesses dos trabalhadores estão em harmonia com o progresso e irão favorecer o crescimento sustentado da economia e do nível de emprego com base no engrandecimento do mercado interno, em contraposição ao neoliberalismo, que só gerou estagnação, miséria, desemprego e violência.

FÓRUM DOS TRABALHADORES

10- O movimento sindical, tendo à frente a CUT, necessita forjar uma ampla unidade, envolvendo outras centrais, confederações, federações e sindicatos independentes com o objetivo de passar da resistência à construção da mudança. As batalhas dos trabalhadores devem estar em sintonia com a luta mais geral do governo Lula rumo à reconstrução nacional e por um novo modelo de desenvolvimento. A CSC deve procurar se colocar à frente das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras, evitando que

sejam apropriadas pelos setores esquerdistas e direitistas, que certamente trabalharão pela desestabilização do novo governo. Entendendo que um movimento sindical unitário pode ser uma força poderosa a favor da mudança, a Coordenação Nacional da CSC deve propor a constituição de um Fórum Nacional dos Trabalhadores para debater os temas ligados à negociação do pacto nacional, visando a elaboração de propostas unitárias.

11- A Corrente Sindical Classista deve apoiar o novo governo mantendo a independência de classe. É necessário preservar e reforçar a autonomia das entidades sindicais diante do Estado e trabalhar para ampliar a educação classista e a conscientização dos trabalhadores para a luta contra a exploração capitalista. O movimento sindical deve exercer com sabedoria o apoio e respaldo ao governo Lula, combinando-o com a pressão e vigilância e visando assegurar um novo rumo, oposto e alternativo ao neoliberalismo.

12- A partir dos sindicatos que dirige, a CSC deve ter por objetivo construir uma base própria de massas identificada



Sindicalismo deve exercer com sabedoria apoio e respaldo ao governo Lula combinando-os com pressão e vigilância visando assegurar um novo rumo

Intensificar a campanha pela redução da jornada

A luta pela redução da jornada de trabalho, uma aspiração secular dos trabalhadores e pré-condição para a liberdade humana, conforme a opinião do pensador alemão Karl Marx, ganhou nova dimensão no Brasil após as eleições de outubro. Já durante a campanha, o candidato da coligação PT-PCdoB-PL-PMN-PCB, Luiz Inácio Lula da Silva, manifestou o seu apoio a esta reivindicação, inclusive em entrevista ao sítio www.tempolivre.org.br criado pela CUT em parceria com o Dieese com o objetivo de debater o tema

UMBERTO MARTINS

Depois de eleito, Lula reafirmou o seu compromisso. A redução da jornada consta do programa do novo governo como iniciativa indispensável à política de combate ao desemprego, ao lado de outras medidas. De acordo com o economista Antonio Prado, da coordenação executiva do programa de Lula, uma redução de quatro horas na jornada pode gerar 1,8 milhão de novos postos de trabalho, uma vez que 18 milhões de assalariados (num universo de 27 milhões que compõem o mercado formal) foram contratados para realizar 44 horas semanais de trabalho, a jornada máxima prevista na Constituição. Se a redução for acompanhada da limitação das horas extras, o número de novos empregos pode subir para 3,2 milhões.

O tema deverá constar com destaque na agenda de negociações do pacto nacional proposto por Lula. Parte do empresariado, incluindo o vice-

presidente eleito José de Alencar, já manifestou concordância com a idéia, mas evidentemente ela não é do agrado de todos os capitalistas, até porque significa aumento real dos salários e conseqüentemente redução dos lucros empresariais, ao menos num primeiro momento, já que com o tempo tal efeito tende a ser amplamente compensado com o aumento da produtividade do trabalho, que a própria redução da jornada estimula, como já dizia Karl Marx.

A experiência histórica, incluindo a semana de 35 horas na França, sugere que a redução da jornada provoca o aumento da massa salarial, ampliando o consumo, o emprego e o PIB. Isto significa que deve ser compreendida e levantada não apenas como mais uma reivindicação sindical, cujos efeitos estariam restritos ao âmbito das corporações, mas como uma bandeira do desenvolvimento que beneficia o conjunto da sociedade (ou de

sua maioria) e vai ao encontro dos interesses maiores da nação.

De todo modo, basta uma breve consulta à história do movimento sindical para verificar que a redução da jornada sempre se tornou realidade como resultado de uma luta multissecular entre capital e trabalho, que se desenvolve também com ênfase no campo das idéias. A eleição de Lula naturalmente é uma expressão elevada desta luta, mas a posição do novo presidente em defesa da redução da jornada (que para atender os interesses dos trabalhadores deve vir sem redução de salários) deverá ser respaldada por uma ampla mobilização dos trabalhadores e da opinião pública. Caso contrário, as chances de vitória serão reduzidas.

Ao analisar a conjuntura criada com a eleição, em reunião realizada em São Paulo nos dias 20 e 21 de novembro, a Coordenação Nacional da CSC concluiu que chegou a hora de intensificar a campanha nacional pela redução da jornada sem redução dos salários. A importância desta batalha não se restringe aos efeitos imediatos, certamente positivos, sobre o nível de emprego, a massa salarial e o mercado interno. A bandeira da redução da jornada é de longe a que melhor contempla também os interesses futuros dos trabalhadores e da humanidade, é realmente uma pré-condição para a liberdade humana.

Umberto Martins é jornalista, assessor da secretaria nacional de políticas sindicais da CUT e da coordenação nacional da CSC e integrante do conselho de redação do *Debate Sindical*

com os ideais socialistas e fortalecer o movimento sindical. Enfrentar este desafio do ponto de vista teórico e prático, a partir da própria experiência política e da luta dos trabalhadores, é uma tarefa central.

13- Será necessário realizar alguns ajustes em nossa atuação na CUT e no conjunto do movimento sindical, priorizando uma política de alianças com as correntes que se propõem a apoiar e sustentar o novo governo. As lideranças classistas devem defender a autonomia da CUT frente ao Estado e ao governo, assim como a ampliação da democracia em todas as instâncias da central. A CSC também precisa estreitar relações com as forças que apoiarão o governo e defendem a unicidade sindical e os direitos trabalhistas consagrados na Constituição e na CLT.

TAREFAS URGENTES

14- Destacam-se entre as tarefas mais urgentes das lideranças classistas: trabalhar pelo crescimento do sindicalismo classista na CUT e nos sindicatos e preparar desde já uma participação mais organizada e efetiva no 8º Concut; retomar e intensificar as iniciativas próprias de massas, dando ênfase à campanha nacional pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários, procurando aprimorar o projeto Inácio Arruda/Paulo Paim; reforçar a organização da CSC nos Estados e ramos de atividade; realizar seminários, encontros e plenárias estaduais para debater a nova realidade; intensificar os cursos de formação política e ideológica dos quadros dirigentes sindicais, através do Centro de Estudos Sindicais (CES); preparar as lideranças, em todas as esferas,



para dirigir o processo de mobilização e para participar da agenda da transição, incluindo as medidas emergenciais de combate à fome, à pobreza e ao desemprego; aprofundar o debate sobre as reformas trabalhista, sindical, previdenciária e tributária e manter o processo de mobilização, conscientização e luta contra a Alca e contra a concessão da base de Alcântara para os EUA.

15- Com a ressalva de que a plataforma dos trabalhadores para a nova situação não deve ser dada como uma coisa acabada, mas em construção, os sindicalistas classistas destacam hoje as seguintes bandeiras que consideram fundamentais para a constituição de um novo modelo de desenvolvimento econômico, ancorado nos interesses da maioria do povo brasileiro, no fortalecimento do mercado interno e na ampliação da capacidade de consumo das massas:

a) Constituição de um Fórum Nacional dos Trabalhadores para debater os temas ligados à negociação do pacto nacional, visando a elaboração de propostas unitárias;

b) Retomada do desenvolvimento econômico, com

distribuição de renda e ampliação do nível de emprego e redução da taxa de juros;

c) O governo Lula deve tomar a iniciativa de liderar um processo de renegociação da dívida externa no âmbito do Mercosul e da América Latina;

d) Interrupção do processo de desnacionalização e privatização das empresas públicas;

e) Redução da jornada de trabalho sem redução de salários;

f) Valorização do salário mínimo e instituição de uma política econômica que preserve o poder aquisitivo dos salários;

g) Universalização do acesso aos serviços públicos, principalmente nas áreas de saúde, educação e previdência social;

h) Fortalecimento das organizações sindicais dos trabalhadores, destacadamente no interior das empresas, com a implantação das OLTs;

i) Reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar, com garantia de crédito subsidiado, assistência técnica e extensão rural.

São Paulo, 21/11/2002
*A Coordenação Nacional da
Corrente Sindical Classista*

Diap: 19 anos fiscalizando

A história, os objetivos, a destacada atuação e os planos do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, o indispensável Diap

O poder no Brasil sempre foi elitista e excludente. O acesso das camadas populares às instâncias de decisão sofreu sucessivas restrições das classes dominantes. Mas o esforço dos movimentos sociais sempre foi o de ampliar sua presença e de buscar conquistas reais nas condições de vida e trabalho e na transformação do país. Nesta história, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) tem um papel destacado.

SUA HISTÓRIA

No final dos anos 70, o regime militar já dava sinais de esgotamento. O movimento sindical havia retomado a iniciativa política com as históricas greves do ABC. Junto aos operários vieram os servidores, professores, canavieiros, bóias-frias; várias categorias retomavam as mobilizações e participavam da vida nacional.

A luta se alastrava e repercutia no parlamento. Vários decretos do governo Figueiredo (1979-1985), que achatavam salários e tiravam direitos, sofriam forte oposição. Aquela realidade apontava duas perspectivas. A

primeira era a de reforçar a organização dos trabalhadores. A outra era a de acompanhar mais de perto os projetos que tramitavam no Congresso Nacional, acelerando a sua aprovação ou articulando a sua rejeição.

Os trabalhadores já contavam com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), que realizava levantamentos sobre a situação do trabalho. Mas faltava uma luta para evitar que os direitos trabalhistas fossem prejudicados. Foi nesse contexto que o Diap nasceu em 19 de dezembro de 1983.

SEUS OBJETIVOS

O órgão surge tendo como principal objetivo “atuar defendendo os interesses dos trabalhadores junto aos Poderes da República, em especial ao Congresso Nacional e, excepcionalmente, junto às Assembléias Legislativas e Câmara de Vereadores, no sentido da institucionalização, da transformação em normas legais das reivindicações majoritárias e consensuais da classe trabalhadora”.

A CA
DO CON
QUEM É QUEM NA REV



Pesquisa do DIAP com



o poder

BEÇA GRESSO SÃO CONSTITUCIONAL



Deputados e Senadores

OBORÉ

Um segundo objetivo é o de atuar no parlamento acompanhando toda a pauta, observando projetos e medidas que interessam aos trabalhadores, oferecendo elementos para a votação dos congressistas, esclarecendo as entidades sobre as vantagens ou riscos de determinada proposta. Outro aspecto é conferir a postura de cada parlamentar para detectar se há coerência entre o que prega na campanha e o que faz no mandato.

O Diap, portanto, exerce uma pressão democrática, legítima, saudável e transparente, cobrando e propondo melhorias dos pleitos coletivos dos trabalhadores. Ele não é vinculado a qualquer partido político e mantém independência em relação aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. É mantido por aproximadamente mil entidades de todos os estados, abrigando centrais sindicais, confederações, federações e sindicatos.

Em seus princípios fundamentais estão as “decisões democráticas”, “atuação pluri e suprapartidária”, como “instrumento da classe trabalhadora” e o patrocínio apenas de “matérias consensuais e

No auge da luta contra o regime militar, surge a necessidade de um órgão para fiscalizar o Legislativo e para assessorar o sindicalismo; nasce o Diap em dezembro de 1983

OPINIÕES SOBRE O DIAP

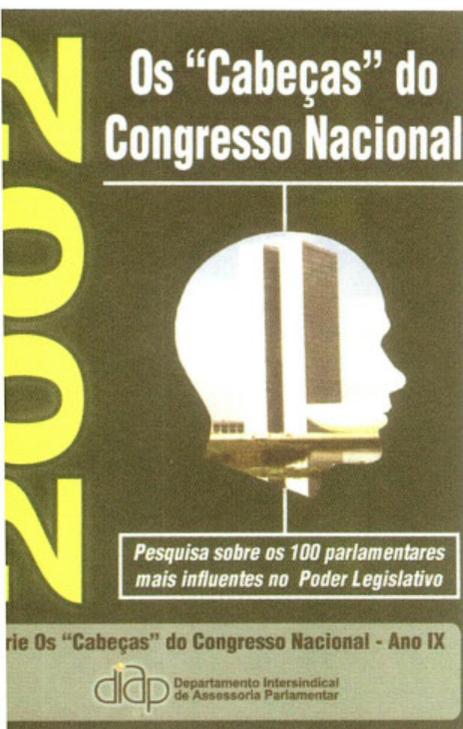
■ **Eduardo Campos (PSB/PE):** “Acho que é uma experiência rica e que se consolidou nesses anos. É uma organização que faz o acompanhamento do trabalho parlamentar e presta relevantes serviços à sociedade organizada bem como ao parlamento brasileiro”.

■ **Luiz Medeiros (PL/SP):** “O Diap acompanha o desenvolvimento das matérias no Congresso Nacional e ajuda no posicionamento das entidades sindicais. Mesmo com a eleição de um governo progressista, ele deve continuar como órgão independente, mantido pelos sindicatos e fiscalizando a ação do Poder Legislativo”.

■ **Jair Meneguelli (PT/SP):** “O Diap presta uma assessoria qualificada ao parlamento. Além disso, fiscaliza, orienta e informa sobre o comportamento dos parlamentares. Acho extraordinário e eficiente o trabalho realizado por essa instituição”.

■ **Tânia Soares (PCdoB/SE):** “O Diap é uma referência tanto externa quanto interna do Congresso sobre a atuação dos parlamentares. Ele dá uma importante contribuição na opinião política dos deputados e senadores. Seus estudos colocam luz sobre temas delicados da vida nacional”.

■ **Marcelo Barbieri (PMDB/SP):** “Há 12 anos integro o Congresso e acompanho a atuação do Diap. Ele cumpre um papel que é difícil para a opinião pública cumprir, porque a imprensa cobre as grandes questões, mas não o dia-a-dia do Congresso e a atuação de cada um dos 513 parlamentares. O Diap faz isso com honestidade e competência”.



A divulgação dos "Cabeças do Congresso" é um acontecimento de forte impacto na sociedade

página recebe uma média de 3 mil visitas por dia.

Ele publica mensalmente o Boletim Informativo e o Jornal do DIAP, dirigidos às entidades filiadas e a mais sete mil entidades sindicais, personalidades, órgãos públicos, deputados federais e senadores. A tiragem é de 15 mil exemplares. Também disponibiliza um banco de dados com o perfil de cada parlamentar eleito, o posicionamento de cada um deles nas votações e quem contribui financeiramente com cada campanha.

O órgão presta uma gama de serviços aos associados e ao país. A "Agenda para falar com o poder" traz a composição do Congresso, as comissões permanentes das duas Casas, com nomes, endereços, telefones, fax, endereço eletrônico, os ministérios e outros órgãos públicos com seus titulares e responsáveis técnicos. A "agenda" é anual e tem uma tiragem de 10 mil exemplares.

Porém, a mais importante publicação do Diap é a dos "Cabeças do Congresso Nacional" – levantamento dos cem parlamentares que mais se destacam no trabalho legislativo. A sua divulgação é um dos acontecimentos marcantes do parlamento e muitos congressistas usam esta lista como elemento de avaliação de sua ação.

FUTURO GOVERNO

O Diap vê com otimismo o governo Lula, mas não prevê mudanças em seu comportamento político. Antônio Augusto Queiroz, o Toninho, diretor de documentação do órgão, diz que a entidade continuará fazendo o que sempre fez, mantendo-se independente do governo e defendendo os trabalhadores no Congresso Nacional. "Devemos continuar a agir com o objetivo de manter a lei como a fonte principal do direito e a negociação como complemento importante para que se atenda os interesses dos trabalhadores", comenta.

Toninho, porém, prevê mudanças na agenda política. Ele acredita que a hora "é de construir uma agenda positiva, superando o que divide o movimento sindical" e dá como exemplo "a defesa da redução da jornada para 40 horas semanais". Quanto à questão sindical, acha falso o debate sobre unicidade e pluralidade e prega o fortalecimento do sindicalismo brasileiro.

Em 2003, o plano é tornar quinzenal o "Jornal do DIAP", ampliar o "Boletim", reforçar a "Agência de Notícias" e melhorar a página na Internet. Mas a novidade será a produção de programas para a divulgação em TVs e rádios comunitárias. Eles levariam informações sobre as matérias de interesse dos trabalhadores em pauta do Congresso Nacional. Seriam programas mensais, depois quinzenais, até chegar a semanais. Ulisses Riedel, diretor técnico e fundador do Diap, será o responsável pela direção dos programas.

Apolinário Rebelo é jornalista e assessor parlamentar no Congresso Nacional

ou majoritárias" entre os trabalhadores. O Diap é dirigido por um Conselho Diretor, formado por oito dirigentes sindicais, um Conselho Fiscal de seis membros e um corpo técnico com especialistas em diversos ramos do conhecimento.

ASSESSORIA INDISPENSÁVEL

Para orientar a ação dos trabalhadores e suas lideranças junto aos poderes constituídos, o órgão conta com a realização de pareceres técnicos sobre as várias matérias em pauta no Congresso ou mesmo em estudo nas instâncias governamentais. Ele possui um portal na Internet (www.diap.org.br) com documentos, textos, perfil e posicionamento de seu corpo técnico sobre temas candentes. Outro serviço do portal é a "Agência Diap", que traz as notícias dos principais projetos, a pauta da semana e os eventos no Congresso Nacional que interessam aos trabalhadores. A

JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO

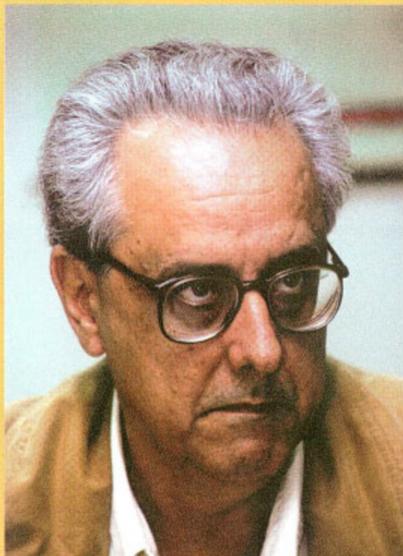
Viva o Fórum Nacional do Trabalho

A mais importante proposta do programa de governo do presidente Lula para o mundo sindical é a reforma trabalhista anunciada nos itens 60 e 61 do texto publicado.

“A construção de uma legislação trabalhista verdadeiramente moderna somente será possível se no seu processo de discussão for assegurada a participação dos diferentes setores sociais interessados... Nosso governo vai encaminhar um amplo debate sobre a reforma sindical brasileira... Um primeiro passo necessário será reconhecer as centrais sindicais como interlocutores dos interesses dos trabalhadores. Com o objetivo de promover a mais ampla reforma na legislação trabalhista, o governo convocará todas as entidades sindicais representativas dos trabalhadores e empregadores a constituírem um Fórum Nacional do Trabalho, estruturado de forma tripartite. Sua finalidade imediata será a de preparar, democraticamente, as propostas de alteração da legislação atual”.

TRATAMENTO APROPRIADO

A oportunidade, seriedade e pertinência de tal encaminhamento afastam qualquer tentação antidemocrática, excludente, ideológica ou partidária. Além disto, contemplam a riqueza das



Avanços necessários na legislação devem preservar todas as conquistas

experiências sindicais brasileiras, o alcance da representação, o ordenamento legal e constitucional e as tarefas essenciais do movimento sindical.

Estamos muito longe dos encaminhamentos a golpes de publicidade e manchetes garrafais ou à base de cooptação estatal e ingerências politiquieiras, porque o “equilíbrio nas relações de trabalho requer a existência de sindicatos livres, autônomos, representativos e independentes”.

Há problemas de ordem constitucional (direitos dos trabalhadores, estrutura e financiamento sindicais e Justiça do Trabalho) e problemas de ordem legal (leis do trabalho, recursos dos sindicatos, normas e portarias); cada um deles exige tratamento apropriado no desaguadouro legítimo do Congresso Nacional.

Não é coincidência o fato de que na nova conjuntura de

esperanças e preocupações comecem a se avolumar os artigos, estudos, declarações e “lobbies” sobre a realidade sindical como é vista por nossos adversários e pelos neoliberais derrotados nas urnas. Recentemente os professores H. Zylberstajn e Iram Jácome Rodrigues deram publicidade ao perfil sócio-econômico da base sindical brasileira (1988/1999) para enfatizar que “o sindicalismo representa indivíduos que não constituem o padrão médio do trabalhador brasileiro” (embora a pesquisa avalie o conjunto das entidades, de trabalhadores e de empregadores). E o professor J. S. Arbach, num trabalho preparado para o Banco Mundial, é enfático ao afirmar que, no Brasil, os sindicatos aumentam a desigualdade.

Este ruído todo já alimenta o moinho do patronato. Causou escândalo a apressada proposta do presidente da Fiesp no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (que não é o Fórum Nacional do Trabalho) de congelar salários, extinguir direitos (o negociado prevalecendo sobre o legislado) e pluralizar a organização sindical. Estas “sugestões” ecoaram as recomendações feitas no início do ano, na Câmara Americana de Comércio, do funcionário norte-americano Robert Zoellick, o “sub-do sub-do sub”.

Os avanços necessários no mundo do trabalho devem preservar as conquistas, adequar-se às experiências positivas do sindicalismo e apontar para o enfrentamento e solução dos maiores problemas dos trabalhadores e dos brasileiros.

João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical de diversas entidades de trabalhadores em São Paulo

O trabalho e o papel

O modelo de relações trabalhistas fundado nas idéias neoliberais foi colocado em xeque com a vitória das esquerdas nas eleições de outubro

OSVALDO BERTOLINO

O debate sobre a legislação trabalhista ocorre num momento singular do Brasil. A ordem mundial com pretensões à univocidade sofreu um duro revés em nosso país com a vitória de Lula em outubro, depois de reinar quase absoluta por mais de uma década. Nesse período, o modelo de relações de trabalho fundado nas idéias liberais conseguiu se impor em muitos setores e um dos maiores prejuízos que causou foi o de refrear o debate a respeito das concepções sobre esse tema formadas ao longo da história.

Já no século XIX, quando a maioria dos países havia trocado a monarquia de base feudal pela república, esse debate passou a representar o pano de fundo da luta entre direita e esquerda, entre capital e trabalho. Quando os projetos capitalista e socialista passaram a disputar a hegemonia do planeta, no século XX, essa luta ganhou feições mais definidas. O ideário capitalista reivindica a precedência do capital em relação ao trabalho e o



socialismo advogava a primazia do trabalho em relação ao capital. Entre os dois, surgiu o projeto social-democrata que procurou adaptar a economia capitalista às preocupações sociais.

A derrota temporária do socialismo fez com que o capitalismo proclamasse sua vitória como sendo histórica. Essa tese ganhou mais força ainda quando o projeto social-democrata, atingido pela crise do socialismo, começou a sentir as pernas fraquejarem. Assim, o velho liberalismo, que serviu de

base para o desenvolvimento da tese capitalista até as primeiras décadas do século passado, ressurgiu triunfante e com nova roupagem. Portanto, se quisermos compreender o alcance da disputa que se trava hoje em torno dessa questão, precisamos restabelecer o fio condutor da dicotomia entre direita e esquerda.

No Brasil, durante o século XX, esses conceitos ficaram claros. As posições extremadas da direita obrigaram a esquerda a lutar muito para conquistar pouco. As manifestações populares, na

do Estado



Jesus Carlos

Atualmente, 57% dos trabalhadores vivem na informalidade, sem carteira de trabalho, férias e outros direitos

garantir a sobrevivência da estrutura oligárquica. Antes o dono da terra tinha escravos, depois passou a ter vassalos. Essa tradição feudal foi determinante na formação do povo brasileiro.

Desde as capitânicas hereditárias até a década de 50, o Brasil viveu no campo. Esse tempo foi suficiente para que o pensamento feudal ganhasse raízes fundas na cultura nacional. O retrato mais nítido dessa projeção é a enorme distância que separa patrão e empregado – em termos econômicos e políticos. Poucos países ostentam uma distinção social tão marcada como a nossa. A elite brasileira não aceita outra posição do restante da população, senão a completa subordinação.

MOMENTO SINGULAR

Essa elite sempre viveu sob a proteção do Estado, de modo fisiológico e clientelista. Os governos sempre estiveram a seu serviço, criando fontes de lucros e, não raro, pagando as suas contas. Hoje, esse papel do Estado está em jogo. E isso explica a singularidade do momento em que se trava o debate sobre a

legislação trabalhista. Ao longo da nossa história, os trabalhadores obtiveram algumas conquistas – particularmente na segunda metade do século XX – e a elite tentou abatê-las. Com o resultado eleitoral de outubro, amplamente favorável às forças progressistas, a pergunta que se impõe é a seguinte: qual deve ser o papel do Estado governado por forças de esquerda nessa contenda?

Vista por esse ângulo, a questão apresenta como ponto inicial a defesa das conquistas históricas, já bastante abaladas pela hegemonia neoliberal da “era FHC”. Num segundo momento, se quisermos falar de uma reforma séria do Estado, devemos ter como premissas a um só tempo desprivatizar o governo – sobretudo no que toca à transferência brutal de renda dos mais pobres para os mais ricos – e ampliar direitos para os trabalhadores. A definição clara do que é público e do que é privado, do que é de todos e do que é de cada um, é uma das discussões mais prementes nesse Brasil que nasce com Lula presidente.

Concretamente, esse debate tem de começar pelo conceito amplamente difundido na “era FHC” de que o conflito entre capital e trabalho é uma questão individual. A lei, diz esse conceito, não pode se sobrepor à realidade do “mercado”. O Estado não pode determinar quais são os interesses dos trabalhadores e como eles devem ser exercidos. E as diferenças entre patrões e empregados devem ser negociadas e não legisladas. É a idéia cristalina do liberalismo que privilegia o individual em relação ao coletivo. Para ela, tanto um poderoso executivo de uma multinacional quanto um operário têm as mesmas condições de negociar a duração do período

maioria das vezes, ocorreram para defender direitos que têm a abolição prevista pela cartilha liberal. Nunca tivemos por aqui uma efetiva predominância da esquerda no poder.

Esse atraso pode ser explicado pelo modo como aconteceu a colonização do nosso país. Os episódios da escravidão e da maciça imigração representaram o estabelecimento nítido de duas vertentes em luta aberta e irreconciliável. E o Estado sempre agiu de forma autoritária para manter a ordem estabelecida e



Jesus Carlos

de férias, o tempo da licença-maternidade e o pagamento do 13º salário.

É evidente que essa tese é de interesse exclusivo do capital. Quanto mais os trabalhadores estiveram divididos, envolvidos em demandas corporativas, mais os patrões têm condições de impor suas vontades. Para esse ponto de vista liberal sobre as relações de trabalho, a tradicional organização sindical classista é o principal entrave ao seu projeto de sociedade – fundado num Estado inteiramente a seu serviço.

FORÇA DA UNIDADE

No Brasil, a luta pela unidade dos trabalhadores tem sido renhida exatamente porque foi esse modelo de organização que garantiu a maior parte das nossas conquistas. Historicamente, o trabalho foi submetido a feitores – muitos deles instalados no Estado –, que arrancam no porrete as metas de produção. Mas nunca aceitamos essa

situação passivamente. As nossas conquistas trabalhistas não são concessões bondosas do capital. E isso se deve ao entendimento de que a força do trabalho reside em sua capacidade de organização e ação coletivas. Só assim é possível proteger o trabalho dos abusos praticados pelo capital.

Por isso, interessa muito aos trabalhadores o avanço de um projeto que visa um Estado democrático e progressista. Nunca aceitamos, desde a escravidão, a idéia de uma postura de plebeus diante dos nobres. Mas também nunca conseguimos criar espaços tão amplos no Estado como agora para defendermos nossas idéias. Se conseguirmos imprimir ao Estado outro papel nas relações sociais, talvez brevemente diremos que o Brasil iniciou o rompimento com o legado de mais de 500 anos de dominação oligárquica.

É evidente que temos ainda um longo caminho a percorrer. Ainda há muita gente sem trabalho e sem o que comer. Atualmente, 57% da população

economicamente ativa está na informalidade, sem carteira de trabalho, férias, descanso semanal remunerado, fundo de garantia e previdência social. Esses são os pontos que precisam nortear o debate a respeito da nossa legislação trabalhista, a partir do que já conquistamos, no que toca ao papel do Estado na execução do programa de governo eleito em outubro.

Enxergar o trabalho por essa ótica é uma questão de opção classista. Isso implica em ver na outra margem das relações trabalhistas o capital e sua história. São duas agendas em conflito. De um lado, a necessidade de um novo contrato, no qual o trabalho seja beneficiado com mais direitos para a construção de valores que revoguem a hierarquia do medo e do mandato de feitores. E de outro, o *status quo* disposto a avançar sobre o que conquistamos e a moldar o Estado segundo seus interesses. Esse é o pano de fundo do debate.

Oswaldo Bertalino é jornalista, membro do conselho de redação da *Debate Sindical*



Jesus Carlos

A luta pela paz contra uma guerra injusta

O traço principal da conjuntura mundial é a instabilidade proveniente das ameaças dos EUA de deflagrar a guerra contra o Iraque. A intenção de atacar é manifesta. Para muitos observadores, a decisão já está tomada, havendo inclusive planos de bombardeios aéreos combinados com a invasão do território árabe. Porém, o governo norte-americano defronta-se com um problema político fundamental – a falta de respaldo nacional e internacional. A

Ao cobiçar as jazidas petrolíferas do Iraque, o imperialismo norte-americano está de olho também em objetivos estratégicos de dominação do mundo

JOSÉ REINALDO CARVALHO

maioria dos líderes das principais potências se opõe à deflagração da guerra. Rigorosamente, até agora os EUA contam apenas com o apoio da Grã-Bretanha. França, Alemanha, Rússia, China, embora com as devidas cautelas que o intricado tabuleiro internacional impõe, já se declararam contrários ao uso da força. No mundo árabe, as ameaças geram apreensão. Mesmo os governos mais próximos dos Estados Unidos se manifestam contra a guerra ao Iraque. Sabem que os povos da

Levantar a bandeira da paz contra esta guerra de agressão é uma atitude solidária

região se levantariam e que a conflagração poderia se estender a todo o mundo árabe.

Na Europa, o sentimento generalizado é contrário à guerra. Dezenas de manifestações têm sido realizadas, destacando-se a de 9 de novembro em Florença que reuniu centenas de milhares de pessoas provenientes de vários países num clamoroso pronunciamento em favor da paz.

Nos EUA, embora a opinião pública ainda se deixe levar pela propaganda governamental de priorizar o “combate ao terrorismo” e ao “eixo do mal”, e tenha dado respaldo ao presidente George W. Bush, conferindo maioria ao Partido Republicano nas recentes eleições intermediárias, quando se trata de deflagrar uma guerra, surgem muitas dúvidas e controvérsias. O norte-americano comum teme que o eventual uso de tropas no caso de uma invasão do território iraquiano acarrete muitas baixas entre seus soldados. Os setores mais conscientes da sociedade, politizados e engajados nas causas democráticas e de solidariedade internacional, erguem suas vozes contra a guerra. As manifestações pela paz se multiplicam e se tornam maciças.

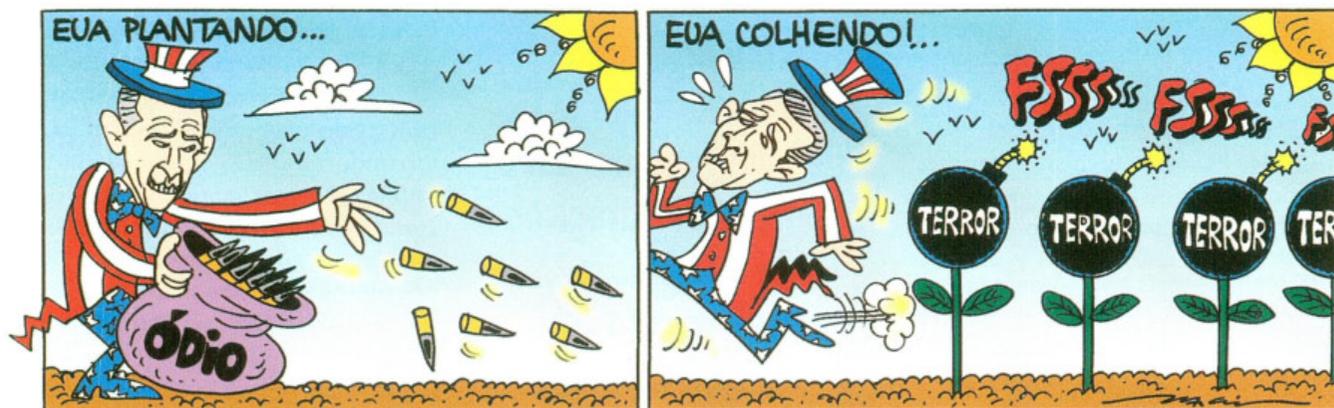
FALSOS ARGUMENTOS

No momento em que redigimos estas breves notas, a missão da ONU que inspeciona o Iraque enviou ao mundo boas notícias. Os especialistas elogiaram a cooperação das autoridades iraquianas. “Pelo que sabemos, pudemos conduzir as atividades que planejamos”, disse o líder de uma das equipes que procuram armas de destruição em massa no Iraque. Não é a primeira vez que vozes credenciadas nesse tão complexo e sensível tema jogam por terra os argumentos reiterados pelos governos norte-americano e britânico, os únicos a brandir o dedo acusatório contra o país árabe. Em setembro, quando o primeiro-ministro da Grã-Bretanha, Tony Blair, divulgou um “dossiê” sobre “os arsenais iraquianos de armas de destruição em massa”, o editor Charles Heyman, da revista *“Jane’s World Armies”*, especializada em assuntos militares, disse que o “dossiê Blair não trouxe nenhuma evidência convincente ou fato incontestável contra Saddam Hussein”.

O antigo inspetor da ONU responsável pelo desarmamento do Iraque, Scott Ritter, declarou

que “o Iraque não representa uma ameaça para seus vizinhos e não age de forma a ameaçar ninguém fora de suas fronteiras”. Disse ainda que nos anos em que exerceram funções naquele país, entre 1991 e 1998, os inspetores da ONU não encontraram provas de que o Iraque possuísse armas de destruição em massa ou tentasse adquiri-las. Por seu turno, o porta-voz da Agência Internacional de Energia Atômica, Mark Gwozdecky, negou a existência de provas de que o Iraque tenha desenvolvido armas nucleares.

É natural que a questão da posse ou não de armas de destruição em massa pelo Iraque ou por qualquer outro país preocupe os governos, as Nações Unidas e a humanidade, o que torna necessária uma solução justa e equilibrada. Por isso, muito embora a resolução recentemente aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas contenha muitos despautérios e tenha sido adotada devido às fortíssimas pressões norte-americanas, o mundo respirou aliviado quando o presidente iraquiano anunciou que a cumpriria, reafirmando aliás os termos de uma carta que enviara



e revolucionária que deve pautar a ação internacionalista dos trabalhadores

em setembro ao secretário-geral da ONU, quando declarou que aceitaria o retorno imediato e incondicional dos inspetores para verificar *in loco* se seu país produzia e armazenava ou não as armas atômicas, químicas e biológicas. Foi uma justa, prudente e oportuna decisão.

Na verdade, ao levantar a questão, os EUA estão à busca de um pretexto que justifique sua decisão de atacar o Iraque. Não passa de mistificação a idéia de que o Iraque seja uma ameaça militar para o mundo. Durante a Guerra do Golfo, em 1991, na operação “tempestade no deserto”, 80% da capacidade militar iraquiana foi destruída, segundo os inspetores de armamentos da ONU. O empobrecimento do país com a imposição do bloqueio brutal que se seguiu à derrota naquela guerra é uma evidência de que não ele teve capacidade financeira de construir outro arsenal.

Outro pretexto dos EUA que precisa ser desmistificado é o de que o Iraque expulsou os inspetores da ONU em 1998 e não permitiu o seu retorno. Foram os Estados Unidos que disseram aos inspetores para se retirarem a fim de que pudessem dar início à campanha de bombardeamento que tomou o nome de “Operação Raposa do Deserto”, quando foram lançadas 1100 bombas e mísseis Cruise sobre o Iraque. Após a operação uma reportagem do “Washington Post” demonstrou que a Defense Intelligence Agency obteve as informações da inspeção e repassou-as para o Pentágono, que assim direcionou os bombardeios. É óbvio que naquelas condições o

É mistificação a idéia de que o Iraque seja uma ameaça ao mundo; na Guerra do Golfo, 80% da capacidade militar deste país foi destruída

governo iraquiano não poderia permitir o regresso dos inspetores.

GUERRA PELO PETRÓLEO

O verdadeiro sentido das ameaças norte-americanas e sua decisão de ir à guerra nada têm a ver com a posse de armas de destruição em massa, muito menos com o intuito de “libertar” o Iraque do regime de Saddam Hussein. O verdadeiro objetivo dos EUA é assumir o controle das ricas jazidas petrolíferas iraquianas, recolonizar o Iraque, obrigá-lo a desnacionalizar sua riqueza petrolífera que corresponde a 10% da oferta mundial. É um plano neocolonialista que se volta hoje contra o Iraque, mas que amanhã se estenderá a todos os países do Oriente Médio, cuja independência seria eliminada. Não é uma guerra para acabar com arsenais de armas de destruição em massa, não visa à democracia, nem à “libertação” dos iraquianos. É uma guerra pelo petróleo.

Ao cobiçar as jazidas petrolíferas, o imperialismo norte-americano está de olho também

em objetivos estratégicos. Em seus planos de dominação do mundo, o Oriente é uma meta fundamental. A guerra ao Iraque faz parte de uma política de controle militar em todo o mundo. Não está desligada do apoio que os Estados Unidos facultam a Israel em sua guerra de destruição do povo palestino, da guerra que moveram contra o Afeganistão, para controlar a Ásia Central, do alargamento da OTAN para o Leste, numa clara ameaça à Rússia, da concentração de armas atômicas na Península Coreana, a fim de controlar a Ásia e ameaçar a China. Hoje, essa estratégia de dominação se tornou mais ameaçadora para os países soberanos e os povos, diante da nova doutrina militar norte-americana, de “guerra preventiva”, pela qual os Estados Unidos atacarão primeiro e perguntarão depois.

Vista nesse contexto, a guerra que os EUA se preparam para deflagrar contra o Iraque é uma guerra de agressão, a todos os títulos injusta, uma ameaça a toda a humanidade. Impedir essa guerra, levantar a bandeira da paz é uma atitude solidária e revolucionária que deve pautar a ação internacionalista dos trabalhadores na presente conjuntura.

José Reinaldo Carvalho é jornalista, vice-presidente do Partido Comunista do Brasil e responsável pela sua secretaria de relações internacionais

O golpismo e a máfia sindical

Os magnatas venezuelanos, com apoio da máfia sindical do país, radicalizam as ações para desestabilizar o governo de Hugo Chávez

ALTAMIRO BORGES

A vizinha Venezuela, que gerou tantas esperanças nos povos do continente com a “revolução bolivariana” encabeçada por Hugo Chávez, vive dias de grandes incertezas. Pela quarta vez neste ano, a poderosa elite deste país patrocina um “paro cívico nacional” com o objetivo de derrubar o presidente democraticamente eleito. Desde a tentativa frustrada de golpe, em abril passado, o cenário é de instabilidade. Na ocasião, as massas populares tomaram as ruas e abortaram a conspiração direitista orquestrada pelos magnatas, mídia e um setor militar – com descarada interferência da embaixada dos EUA em Caracas.

A reversão do golpe, porém, não trouxe a paz aos venezuelanos, que continuam sendo vítimas das ações desestabilizadoras das elites. A marca atual desta sociedade é a da polarização política, que expressa bem as gritantes contradições sociais do país – em que uma ínfima minoria detém riqueza e renda, enquanto a grande maioria vegeta na miséria. A “revolução



■ O ministro do Interior, Diosdado Cabello, e o presidente Hugo Chávez

bolivariana” seduziu o povo exatamente por se propor a alterar este quadro. Mas as elites, que deixaram o núcleo do governo, não perderam totalmente seu poder. Daí a sua raivosa reação nos constantes *lockouts*, com o deprimente apoio de uma fatia do sindicalismo.

FORÇA REACIONÁRIA

A ativa participação da Confederação dos Trabalhadores da Venezuela (CTV) nesta conspiração direitista não deve causar surpresa. Um pouco de história comprova que esta central, que representa apenas 8% da PEA, há muito tempo faz o jogo das oligarquias, sendo biombo de uma máfia sindical corrupta e violenta. O decrépito Carlos Ortega, presidente da CTV, é hoje um dos principais expoentes da oposição de direita,

conhecido por sua sanha anticomunista contra Cuba e pelos pronunciamentos contra a reforma agrária e outras leis de cunho progressista baixadas por Hugo Chávez. Junto com a poderosa entidade empresarial do país, a Fedecámaras, é o organizador dos “paros cívicos” que visam desestabilizar e sabotar o governo.

Durante 40 anos, desde a queda da ditadura do general Marcos Jimenez (1952/58), a CTV participou da montagem do bloco dominante. Ela foi um sustentáculo do bipartidarismo que dominou o país, formado pela Ação Democrática (AD, social-liberal) e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (Copei, social-cristão). “A partir da consolidação do regime, na Constituição de 1961, seus líderes foram paulatinamente incorporados ao pacto conservador, com a tarefa

da Venezuela

de conter as lutas sociais e eliminar os focos de contestação. O prêmio por esses préstimos era sua integração à burocracia do Estado. Sucessivas gerações de sindicalistas da CTV receberam cargos nababescos em diretorias de institutos previdenciários, de autarquias estatais e até de bancos oficiais”, explica o jornalista Breno Altman.

Várias denúncias comprovam que para se manter no poder, a AD, que passou a ser a força hegemônica na central, usou métodos arbitrários e violentos contra os oponentes. As lideranças contrárias ao peleguismo eram excluídas das eleições sindicais; muitas foram demitidas de seus empregos; a montagem de chapas de oposição sempre esbarrou no veto da Justiça controlada pelos dois partidos no poder; a maioria dos empregos no setor público passava pelo crivo da burocracia sindical. A própria Organização Internacional do Trabalho registrou várias queixas contra a “ausência de liberdade e autonomia sindicais” no país.

A vitória de Hugo Chávez na eleição presidencial de 1998, com 56,2% dos votos, pôs fim ao sossego da carcomida cúpula sindical. A derrota do bipartidarismo oligárquico foi um duro revés para a CTV, que bancou o candidato da AD – partido desgastado pelas denúncias de corrupção, que inclusive levaram ao *impeachment* do ex-presidente Andrés Pérez. Chávez, com forte apoio popular, mas sem uma consistente base social organizada, ainda tentou incentivar núcleos de oposição à CTV. Patrocinou a criação da

Fitas revelam que a CTV participa ativamente dos planos golpistas dos empresários orquestrados pelo governo dos EUA

Força Bolivariana dos Trabalhadores e privilegiou a CUTV, uma central minoritária dirigida pelos comunistas.

Diante da furiosa reação da burocracia sindical, encastelada nos maiores sindicatos, Chávez tomou uma atitude arriscada: convocou, em dezembro de 2000, um plebiscito para avaliar o papel do sindicalismo. Apesar do índice elevado de abstenção, com a ausência de 76,5% dos eleitores, o referendo representou uma derrota histórica da cúpula da CTV, que fez campanha aberta contra a consulta. Dos 2,63 milhões de votantes, 72,3% responderam positivamente à pergunta formulada, concordando com a “renovação das direções sindicais em um prazo de 180 dias e a imediata suspensão de seus mandatos”.

PACTO CONSERVADOR

É nesta ocasião que sai de cena Frederico Ramírez, que apresenta a sua carta de renúncia à presidência da CTV, e desponta a figura de Carlos Ortega, velha liderança vinculada às prósperas empresas petrolíferas. De

imediatamente, ele firma um pacto com a Fedecámaras e viaja aos EUA, onde recebe o apoio da AFL-CIO, a central sindical norte-americana, e da Ciosl (Confederação Internacional das Organizações Sindicais “Livres”). Esta articulação conservadora ofusca o resultado do plebiscito e adia o processo eleitoral.

No pleito, realizado em outubro do ano passado, sob coordenação da própria central, Ortega conquista a presidência da CTV. Dos 1 milhão e 255 mil sindicalizados, votaram apenas 286 mil. Ele obtém 174 mil votos, contra 50 mil dados a Aristóbulo Istúriz, da Força Bolivariana. O Tribunal Eleitoral declarou que o pleito fora viciado: entre outras fraudes, foram extravaiadas 22 mil atas. Ortega inclusive perdeu a eleição na sua base, na federação dos petroleiros. Até a mídia, totalmente envolvida na conspiração golpista, foi obrigada a admitir que “Ortega se proclamou presidente da CTV faltando 49% das atas de votação”.

Empossado ilegalmente, o primeiro ato de Ortega foi uma visita à sede da Fedecámaras. De lá para cá só cresceram as articulações golpistas entre a cúpula sindical pelega e os magnatas do capital, sempre com a supervisão direta do governo dos EUA. Nem mesmo o vazamento de uma fita contendo a conversa entre Ortega e o ex-presidente corrupto Andrés Peres, refugiado nos EUA, inibiram o seu frenesi conspirativo. Nela, os dois faziam planos de novas ações para desestabilizar o governo Chávez e comemoravam o apoio explícito do presidente George W. Bush e do embaixador norte-americano em Caracas.

Altamiro Borges é editor da *Debate Sindical*.
Correio eletrônico: aaborges1@uol.com.br

DIREITA NA COLÔMBIA

O governo de Álvaro Uribe reprimiu duramente a greve de 12 horas realizada em setembro. Ele acusou a paralisação de estar infiltrada pela guerrilha. A greve foi um protesto contra três projetos: “flexibilização” do mercado de trabalho, elevação da idade das aposentadorias e eliminação de funções sociais do Estado.

EUA PRECARIZADO

A crise econômica nos Estados Unidos está fazendo com que norte-americanos comecem a disputar espaço num mercado que antes era dominado pelos imigrantes ilegais: o dos subempregos.

PROTESTO NO URUGUAI

Milhares de uruguaios percorreram uma das principais avenidas de Montevideu em uma passeata que deu início ao Fórum Social do Uruguai e teve como alvo a Alca. Dias antes, funcionários públicos realizaram uma greve que paralisou a coleta de lixo em toda a cidade. O clima é de turbulência no país vizinho.

AVANÇO NO EQUADOR

Uma manifestação de mulheres contra a Alca coincidiu com a reunião dos 34 países americanos que negociam o bloco econômico. Indígenas e camponeses também realizaram marcha contra a Alca, da qual participam representantes do Brasil, Guatemala, Peru e Colômbia. O crescimento da mobilização popular no país explica a recente vitória das esquerdas no pleito presidencial.

EL SALVADOR

Cerca de 50 organizações sociais de El Salvador realizaram greve contra a privatização da saúde. Elas exigem que o presidente aprove decreto

proibindo a venda ou a oferta de concessões de serviços médicos.

ALCA NA BOLÍVIA

Uma grande passeata de repúdio à Alca paralisou La Paz. Dias antes, uma greve nacional dos professores e uma paralisação nos transportes coletivos de La Paz agitaram o país.

DEMISSÕES NO JAPÃO

O Mizuho Holdings, maior banco mundial em volume de negócios, vai demitir 5 mil funcionários até o fim de 2004, segundo revelou o jornal econômico japonês “Nihon Keizai”. O anúncio é mais um golpe na histórica instituição do emprego vitalício.

BOMBEIROS PROTESTAM

Bombeiros da Grã-Bretanha cruzaram os braços por oito dias, após uma paralisação anterior de 48 horas. O sindicato culpou o governo trabalhista pelo colapso de última hora no acordo sobre o reajuste que seria dado à categoria.

REFORMA EM PORTUGAL

O Conselho Nacional da

CGTP escolheu o dia em que se comemora 54 anos da aprovação da Declaração Universal dos Direitos do Homem (10 de dezembro) para a realização de greve geral contra a proposta do novo Código de Trabalho – uma espécie de “reforma” trabalhista em Portugal.

CRISE NA FIAT

Metalúrgicos italianos pararam por 4 horas contra a ameaça da Fiat de demitir 8 mil. Eles já haviam fechado o porto de Palermo, na ilha da Sicília, e o país havia sido parado em mais uma greve dia 25 de setembro. A greve de 24 horas foi convocada devido à não renovação do contrato coletivo de trabalho.

NIGÉRIA PRIVATIZADA

Trabalhadores nigerianos realizaram greve nos principais terminais de exportações do país e nas refinarias de petróleo. A principal razão foi a planejada privatização da *Nigerian National Petroleum Corporation* (NNPC), agendada para o segundo trimestre do ano que vem.



Jesus Carlos

HERVAL PINA RIBEIRO

O governo Lula e a saúde do trabalhador

Lula perdeu um dos dedos da mão esquerda num acidente de trabalho. Em 1980, com trinta outras entidades, o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo subscreveu a fundação do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas em Saúde e dos Ambientes de Trabalho (Diesat).

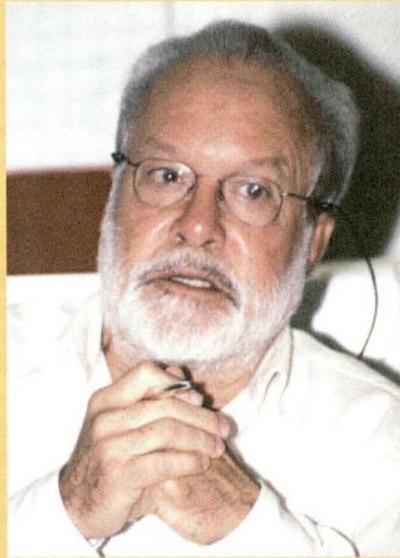
Com 21 anos, o Diesat e seu irmão mais velho, o Dieese, têm sido os contrapontos às políticas e práticas avessas aos trabalhadores dos sucessivos governos. A partir de janeiro próximo, Lula e os vários partidos de esquerda serão governo. O que se pode esperar na área de saúde do trabalhador?

Uma das expectativas é que seja assegurada a liberdade de organização dos trabalhadores dentro das empresas. Não é querer muito, pois há meio século isto existe nos países capitalistas centrais. A esperança concreta da melhoria das condições de saúde no trabalho começa por aí e pode acabar, também, aí.

Os trabalhadores esperam, portanto, que as mudanças na área de saúde não fiquem, apenas, na dança dos ocupantes dos cargos em órgãos que operaram nesta área.

PAPEL DA FUNDACENTRO

A Fundacentro foi idealizada



Organização no local de trabalho e o papel da Fundacentro no fomento à pesquisa

pelo médico Joaquim Junqueira para ser um órgão de fomento à pesquisa na área de saúde do trabalhador vinculado à USP. Teve, porém, a infelicidade de nascer em 1966, quando o governo militar dava fortes guinadas à direita, e acabou indo parar no Ministério do Trabalho.

A aliança entre militares e industriais fez com que o Ministério do Trabalho e a Fundacentro ficassem na órbita de influência da Fiesp, tanto que ela recebeu o nome do industrial Jorge Duprat Figueiredo. De 1966 a 1985, ela divulgou as ideologias mais reacionárias em seus congressos e publicações, sustentando o mito do *ato inseguro*, de triste memória, segundo o qual as próprias vítimas de acidentes eram culpadas.

A Fundacentro tem hoje um corpo de profissionais de bom nível, muitos com doutorado e

mestrado. No entanto, se antes suas direções representavam interesses do regime militar e do patronato, a partir do governo Sarney passaram a prevalecer os interesses partidários. Jamais ela se consolidou como órgão de pesquisa na área de saúde do trabalhador como sonhara seu idealizador.

MUDANÇAS NECESSÁRIAS

Não se quer que a Fundacentro deixe de lado o nome de Jorge Duprat, industrial do ramo ceramista, onde ocorria silicose aos montes, inclusive na sua empresa; não se quer, também, que se fique apenas na troca de dirigentes, mas que mude de rumo.

A inadequação de suas políticas e práticas, a par do desperdício e incompetência de muitos dos seus dirigentes, foram de tal ordem que em vários anos parte substancial dos seus recursos financeiros foram recolhidos pelo ministério da fazenda.

Por outro lado, a participação meramente formal no conselho deliberativo de representantes das centrais sindicais e de empregadores demonstra que não é por aí que as coisas vão, de fato, mudar. Muito menos a solução é privatizá-la, transformando-a numa Ong, como chegou a se propor anos atrás. Talvez a solução seja vinculá-la ao Ministério de Ciência e Tecnologia, conceder-lhe maior independência e torná-la, sobretudo, uma instituição de fomento à pesquisa como idealizara Junqueira.

Herval Pina Ribeiro é professor-doutor em saúde pública, colaborador docente e pesquisador na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Ação sindical dos comunistas

No quarto e penúltimo artigo da série em homenagem aos 80 anos de vida do PCdoB, o autor aborda o conturbado período que antecedeu o golpe militar de 1964 e a dura atuação sindical no longo período da ditadura

AUGUSTO BUONICORE

Em julho de 1962, o Comando Geral de Greve convocou uma greve geral para impedir a indicação de um ministério conservador e entreguista. A paralisação foi vitoriosa e poucos dias depois o governo instituiu o 13º salário. Em meio a este clima de vitória, em agosto 1962, ocorreu o 4º Encontro Sindical Nacional, que resolveu pela criação de um Comando Geral dos Trabalhadores. A direção do CGT nasceu de uma articulação entre os setores nacionalistas do PTB e o PC brasileiro.

Uma das primeiras atividades do CGT foi convocar uma greve geral pela antecipação do plebiscito sobre o sistema de governo e em defesa da volta do



■ Manifestação do CGT, Rio de Janeiro

presidencialismo. A instauração do parlamentarismo havia sido fruto de uma articulação política conservadora visando reduzir os poderes de Jango, quando da crise aberta com a renúncia de Jânio Quadros em 1961.

Esta greve também foi vitoriosa e o Congresso aprovou a antecipação do plebiscito e este deu amplíssima margem de votos ao presidencialismo. João Goulart ficou então com as mãos livres para implementar as suas

da reorganização à ditadura



reformas de base. No início de 1964, a campanha pelas reformas ganhou fôlego e em torno dela se polarizaram as posições políticas. No dia 13 de março realizou-se o grande comício pelas reformas na Central do Brasil, que reuniu

mais de 200 mil trabalhadores.

Dezoito dias depois, as Forças Armadas, com apoio dos políticos conservadores e do imperialismo norte-americano, deram um golpe. O CGT, pego de surpresa, tentou convocar uma greve geral, mas fracassou. No mesmo dia 20, os dirigentes do CGT foram presos e as sedes de inúmeros sindicatos foram invadidas. O movimento sindical entrou num refluxo que durou vários anos.

A CONJUNTURA PRÉ-64

Naquela conjuntura, o PC do Brasil, recém-reorganizado, ainda estava bastante fragilizado. Quando ocorreu o rompimento, em 1962, apenas uma ínfima parte dos militantes resolveu seguir a corrente revolucionária. A quase totalidade das lideranças sindicais ficou no partido de Luis Carlos Prestes, pois o ambiente era amplamente favorável às teses reformistas.

A necessidade de demarcar campo com os reformistas e de se projetar com fisionomia própria conduziu o PCdoB a posições táticas esquerdistas que não tinham em conta a real correlação de forças existente na sociedade. Os comunistas não conseguiram ver as contradições que existiam entre o governo nacionalista de Goulart e o imperialismo. Enquanto o conjunto das forças democráticas e nacionalistas se envolveu na campanha pelo plebiscito, defendendo a volta do presidencialismo, o partido

PCdoB apóia onda grevista, diferente da direção do PCB que lança texto intitulado "Chega de aventuras"

pregou a abstenção. Atitudes negativas também foram reservadas aos políticos vinculados às correntes nacionalistas e reformistas. O PCdoB acabou se colocando no campo da oposição sistemática ao governo Goulart.

O golpe militar levou com que os comunistas fizessem uma autocrítica destes primeiros anos de sua reorganização. O documento "*O golpe de 1964 e seus ensinamentos*" reconheceu que, apesar do partido ter sido "a corrente política que melhor delineou uma orientação e uma perspectiva corretas para situação brasileira", se manifestaram nele "tendências sectárias" que impediram que estabelecesse relações mais estreitas "com as correntes políticas democráticas" e cometesse "alguns exageros no combate ao que havia de errôneo na política do senhor João Goulart". Segundo o documento, estas tendências sectárias "obstaculizaram a maior participação do partido no movimento democrático e antiimperialista e não permitiram que exercesse uma influência mais positiva nesse movimento".

Quando, em 1968, o

A necessidade de demarcar campo com os reformistas e de se projetar com fisionomia

movimento operário começou a se reaquecer, através das importantes greves dos metalúrgicos de Contagem e de Osasco, o PCdoB estava em pleno processo de montagem da Guerrilha do Araguaia. Inúmeros militantes estavam sendo deslocados para o campo a fim de preparar a conflagração da guerra popular.

RENASCIMENTO SINDICAL

Em maio de 1978 teve início o movimento grevista no ABC paulista. No ano seguinte, as greves se espalharam por todo o país com grandes piquetes e gigantescas assembléias plebiscitárias. Destaque para as greves do ABC e de São Paulo, na qual morreu o metalúrgico Santos Dias. Em 1980, estourou uma nova greve entre os metalúrgicos do ABC, que duraria 41 dias e terminaria com a intervenção no sindicato, a prisão da sua diretoria e o seu enquadramento na Lei de Segurança Nacional. O governo militar, apesar da repressão, não

Partido defende a unidade entre todas as tendências para construir de fato uma Central Única dos Trabalhadores

conseguiu quebrar o movimento sindical combativo que renascia. O PCdoB apoiou e participou ativamente deste processo de retomada das lutas operárias.

A sua posição contrastou com a adotada pelo PCB. Durante a greve metalúrgica de São Paulo, a direção do PCB lançou um manifesto intitulado “Chega de aventuras!”, no qual acusavam os dirigentes da greve de levarem a categoria a uma aventura. Sem perspectiva histórica, a direção do PCB encarou a greve de 1980 no ABC como uma derrota dos operários e uma vitória do regime militar.

Ao lado das lutas operárias ocorreu o processo de unificação sindical em fóruns intersindicais. Em agosto de 1979, realizou-se o Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais do qual participaram quase todas as principais lideranças do país, entre os quais Joaquinção, Lula e Olívio Dutra. A força mais influente foi o PCB, em aliança com os sindicalistas tradicionais. Nasceu assim uma articulação denominada Unidade Sindical. Poucos meses depois o bloco ficou dividido entre os que se articulavam em torno do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e os que se vinculavam ao PCB e ao peleguismo

reciclado, que mantiveram o nome Unidade Sindical.

Em agosto de 1980 ocorreu o Encontro Nacional das Oposições Sindicais (ENOS) e, um mês depois, se realizou o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição a Estrutura Sindical (Entoes), do qual nasceria a Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindical (Anampos), com forte influência dos sindicalistas petistas – militantes católicos e trotskistas.

A corrente sindical vinculada ao PCdoB não se incorporou a nenhuma destas duas grandes correntes e manteve a sua autonomia. Ela criticou o cupulismo e o reformismo predominantes na Unidade Sindical e, também, o pluralismo sindical defendido pela Anampos. O partido defendeu a unidade entre todas as tendências no sentido de construir, efetivamente, uma Central Única dos Trabalhadores.

No plano político, advogou a necessidade da unidade das oposições ao regime militar e denunciou firmemente a “abertura política” apregoada pelo general Figueiredo, considerando-a uma farsa. Foi radicalmente contrário ao pacto social e a qualquer acordo com o regime. Considerava as greves como um instrumento importante na desestabilização do regime militar e que era preciso articular a unidade das oposições e a luta das massas dos trabalhadores. O documento que norteou a ação sindical dos militantes do PCdoB foi “*Por um Movimento Operário, Combativo, Unido e Consciente*”,



■ | Conclat, Praia Grande, 22/8/1981

própria conduziu o PCdoB a posições esquerdistas durante o governo Jango

publicado em 1981.

A primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat) ocorreu em agosto de 1981. Este foi o maior encontro sindical desde o golpe militar. A direção da Comissão pró-CUT foi formada a partir de uma negociação entre a Unidade Sindical e Anampos. Um novo Conclat foi marcado para 1982. No entanto, a maioria da Comissão pró-CUT aprovou o seu adiamento, alegando a proximidade das eleições.

Os sindicalistas do PCdoB foram críticos ao imobilismo da comissão pró-CUT e denunciaram a proposta de adiamento do congresso. Quando da aprovação do adiamento, os comunistas se posicionaram contra a proposta divisionista da Anampos de realização de uma Conclat em 1982, mesmo sem a participação de parte significativa do movimento sindical.

DIVISÃO DO SINDICALISMO

Em 21 de julho de 1983 realizou-se a primeira greve geral desde o golpe militar de 1964. Mais de 3 milhões de trabalhadores paralisaram suas atividades. A vitória da greve não conseguiu impedir que se agravasse a divisão do movimento sindical. Na véspera, a direção do PCB criticou a decisão de ir à greve geral. Segundo Giocondo Dias, esta não seria “a forma de luta mais adequada” e deveria “ser posta de lado”. Logo em seguida levantou-se acirrada polêmica em torno do artigo 8º do regimento

do Conclat, que garantia que as oposições pudessem eleger delegados onde os sindicatos se recusassem a participar do processo. Acreditava-se que este artigo poderia dar a vitória aos sindicalistas ligados a Anampos.

Surgiram, então, denúncias sobre o financiamento da social-democracia internacional para as correntes petistas. Este financiamento garantiria a estrutura para locomoção, alimentação de grandes bancadas vindas do campo, distorcendo as representações dos encontros regionais. Na Ceclat-Bahia apareceram 280 delegados representando apenas seis pequenas cidades do interior.

PCdoB critica o cupulismo e o reformismo da Unidade Sindical e o pluralismo da Anampos

Estes fatos foram amplamente utilizados por inúmeros setores do movimento sindical – Unidade Sindical, pelegos e Contag – para justificar o seu afastamento da articulação visando construir a CUT.

Os comunistas passaram, então, a defender a necessidade de regulamentar melhor o artigo 8º e adiar por alguns meses a Conclat, visando restabelecer a frágil unidade do movimento sindical. No entanto, uma plenária intersindical, sob hegemonia dos

pelegos, decidiu simplesmente excluir o artigo 8º e marcar um outro congresso para início de novembro. Os comunistas denunciaram tal atitude. Era preciso garantir a participação das categorias em que os sindicatos não se propusessem a participar. O exclusivismo e o hegemonismo das duas principais correntes conduziu a uma cisão do movimento sindical. O PCdoB não poupou críticas contra os dois lados.

Em agosto realizou-se, em São Bernardo do Campo, o Conclat que fundou a CUT. Os sindicalistas do PCdoB não participaram deste congresso por considerá-lo divisionista e propuseram a não realização de outro congresso – convocado para a Praia Grande – que poderia concretizar a divisão do movimento. No entanto, mudaram de posição e concordaram em participar desde que o Conclat-Praia Grande não criasse uma outra central e se mantivessem os esforços no sentido da unificação sindical. Em novembro de 1983 reuniu-se o outro Conclat e nele foi criada a Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat) que depois, em 1986, se transformou em Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). A divisão tão temida pelos comunistas se realizara. Várias centrais passariam a disputar a hegemonia do sindicalismo brasileiro.

Augusto César Buonicore é historiador, doutorando em ciências sociais pela Unicamp/SP e integrante do conselho de redação das revistas *Debate Sindical* e *Princípios*



O centenário do poeta

Portinari/Retrato de Carlos Drummond de Andrade, 1936

Inaugurando a nova seção fixa da *Debate Sindical*, que visa estimular a cultura e os valores humanistas, o jornalista e escritor Roniwalter Jatobá traça a biografia de Carlos Drummond de Andrade, “o maior poeta do Brasil”

RONIWALTER JATOBÁ

Este ano, quatro ilustres personagens de nossa cultura, arte e política comemoram 100 anos de nascimento: o arquiteto Lúcio Costa, o ex-presidente Juscelino Kubitschek, o sociólogo Sérgio Buarque de Holanda e Carlos Drummond de Andrade, um dos maiores poetas da literatura brasileira. “Nenhum outro poeta moderno provocou discussões tão apaixonadas, seja de admiradores que lhe interpretam de maneiras diferentes a poesia, seja dos conservadores que o escolheram como alvo de ataques”, afirmou o renomado crítico Otto Maria Carpeaux. “Discussões que não passam de sintomas da forte influência exercida pela originalidade e personalidade do poeta, hoje geralmente reconhecido como o maior do Brasil”.

Carlos Drummond de Andrade nasceu em Itabira, Minas Gerais, em 31 de outubro de 1902. Fez os estudos secundários em Belo Horizonte, num colégio interno, onde permaneceu até que um período de doença levou-o de novo para Itabira. Voltou para outro internato, desta vez em Nova

Friburgo, no estado do Rio de Janeiro. Pouco ficaria nessa escola: acusado de “insubordinação mental”, foi expulso.

Em 1925, casa-se com Dolores Dutra de Moraes e conclui o curso de Farmácia. Sem algum interesse pela profissão de farmacêutico, leciona português e geografia no Ginásio Sul-Americano de Itabira. Nessa época, já redator do Diário de Minas, mantém contato com os modernistas de São Paulo, sobretudo com o escritor e poeta Mário de Andrade.

ESCÂNDALO NOS ARRAIAIS

O ano de 1928 foi positivo na vida de Drummond. Nasce a filha Maria Julieta e o poeta “escandaliza” os arraiais literários quando a Revista Antropofagia, de São Paulo, publica seu poema “No Meio do Caminho”. Em 1930, o poeta lança sua primeira obra, *Alguma Poesia*, sob um selo imaginário chamado Edições Pindorama, numa edição de 500 exemplares. Com a revolução de outubro, liderada por Getúlio Vargas, o já funcionário público é chamado a exercer as funções de auxiliar-de-gabinete da Secretaria do Interior de Minas e, posteriormente, a de oficial-de-gabinete de seu amigo Gustavo Capanema, na mesma pasta.

Em 1934, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde foi chefe-de-gabinete de Gustavo Capanema, então ministro da Educação, até 1945. Nesse período, Drummond conseguiu conciliar o trabalho com Capanema em plena ditadura do Estado Novo (1937-1945) e, ao mesmo tempo, usar seus poemas para “destruir” o capitalismo e ser simpatizante do então clandestino Partido Comunista. Por sinal, em 1945, foi convidado por Luís

Carlos Prestes para ser co-editor do diário comunista *Tribuna Popular*, mas fica ali por pouco meses, indo trabalhar no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Aposentou-se em 1962. Encerra suas atividades burocráticas, mas prossegue as literárias e as do intelectual-jornalista. A aposentadoria traz para o poeta e para o cronista a ocasião de se recolher à sala de trabalho de seu apartamento no Rio, de onde

CONFIDÊNCIA DO ITABIRANO

Alguns anos vivi em Itabira.
Principalmente nasci em Itabira.
Por isso sou triste, orgulhoso: de ferro.
Noventa por cento de ferro nas calçadas.
Oitenta por cento de ferro nas almas.
E esse alheamento do que na vida é porosidade e comunicação.
A vontade de amar, que me paralisa o trabalho,
vem de Itabira, de suas noites brancas, sem mulheres e sem horizontes.
E o hábito de sofrer, que tanto me diverte,
é doce herança itabirana.
De Itabira trouxe prendas diversas que ora te ofereço:
esta pedra de ferro, futuro aço do Brasil,
este São Benedito do velho santeiro Alfredo Duval;
este couro de anta, estendido no sofá da sala de visitas;
este orgulho, esta cabeça baixa...
Tive ouro, tive gado, tive fazendas.
Hoje sou funcionário público.
Itabira é apenas uma fotografia na parede.
Mas como dói!

“Nenhum outro poeta moderno provocou discussões tão apaixonadas, seja dos

DRUMMOND POR DRUMMOND

“Convidado pela Revista Acadêmica a escrever minha autobiografia, relutei a princípio, por me parecer que esse trabalho seria antes de tudo manifestação de impudor. Refleti logo, porém, que, sendo inevitável a biografia, era preferível que eu próprio a fizesse, e não outro. Primeiro, pela autoridade natural que me advém de ter vivido a vida. Segundo, por que, praticando aparentemente um ato de vaidade, no fundo castigo meu orgulho, contando sem ênfase os pobres e miúdos acontecimentos que assinalam a minha passagem pelo mundo, e evitando assim qualquer adjetivo ou palavra generosa, com que o redator da revista quisesse, sincero ou não gratificar-me.

Isto posto, declaro que nasci em Itabira, Minas Gerais, no ano de 1902, filho de pais burgueses, que me criaram no temor de Deus. Ao sair do grupo escolar, tomei parte da guerra européia (pesa-me dizê-lo) ao lado dos alemães. Quando o primeiro navio mercante brasileiro foi torpedeado, tive que retirar a minha posição. A esse tempo já conhecia os padres alemães do Verbo Divino (rápida passagem pelo Colégio Arnaldo, em Belo Horizonte). Dois anos em Friburgo, com os jesuítas. Primeiro aluno da classe, é verdade que mais velho que a maioria dos colegas, comportava-me como um anjo, tinha saudades da família, e todos os outros bons sentimentos, mas expulsaram-me por ‘insubordinação mental’. O bom reitor que me fulminou com essa

sentença condenatória morreu, alguns anos depois, num desastre de bonde na rua São Clemente. A saída brusca do colégio teve influência enorme no desenvolvimento dos meus estudos e de toda minha vida. Perdi a Fé. Perdi tempo. E sobretudo perdi a confiança na justiça dos que me julgavam. Mas ganhei vida e fiz amigos inesquecíveis.

Casado, fui lecionar geografia no interior. Voltei a Belo Horizonte, como redator de jornais oficiais e oficiosos. Mário Casassanta levou-me para a burocracia, de que tenho tirado o meu sustento. De repente, a vida começou a impor-se, a desafiar-me com seus pontos de interrogação, que se desmanchavam para dar lugar a outros. Eu liquidava esses outros, mas apareciam novos. Meu primeiro livro, *Alguma Poesia* (1930), traduz uma grande inexperiência do sofrimento e uma deleitação ingênua com o próprio indivíduo. Já em *Brejo das Almas* (1934), alguma coisa se compôs, se organizou; o individualismo será mais exacerbado, mas há também uma consciência crescente de sua precariedade e uma desaprovação tácita da conduta (ou falta de conduta) espiritual do autor. Penso ter resolvido as contradições elementares da minha poesia num terceiro volume, *Sentimento do Mundo* (1940). Só as elementares: meu progresso é lentíssimo, componho muito pouco, não me julgo substancialmente e permanentemente poeta.

Entendo que poesia é negócio de grande responsabilidade, e não considero honesto rotular-se de

poeta quem apenas verseje por dor-de-cotovelo, falta de dinheiro ou momentânea tomada de contato com as forças líricas do mundo, sem se entregar aos trabalhos cotidianos e secretos da técnica, da leitura, da contemplação e mesmo da ação. Até os poetas se armam, e um poeta desarmado é, mesmo, um ser à mercê de inspirações fáceis, dócil às modas e compromissos. Infelizmente, exige-se pouco do nosso poeta; menos do que se reclama ao pintor, ao músico, ao romancista... Mas iríamos longe nesta conversa.

Entro para a antologia, não sem registrar que sou o autor confesso de certo poema, insignificante em si, mas que a partir de 1928 vem escandalizando meu tempo, e serve até hoje para dividir no Brasil as pessoas em duas categorias mentais:

No meio do caminho

No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.

Nunca me esquecerei desse acontecimento na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra”.

admiradores ou dos conservadores que o escolheram como alvo de ataques”

continua a observar e analisar o mundo. Desde 1954 colabora como cronista no jornal *Correio da Manhã* e, a partir do início de 1969, no *Jornal do Brasil*.

Em mais de 60 anos de atividade intelectual, publicou mais de 50 livros, entre poesia, conto e crônica, e várias obras foram traduzidas para o espanhol, inglês, francês, italiano, alemão, sueco, tcheco e outras línguas. Por outro lado, traduziu fundamentais autores estrangeiros: Balzac (*Os camponeses*), Choderlos de Laclos (*As relações perigosas*), Marcel Proust (*A fugitiva*), García Lorca (*Dona Rosita, a solteira*), François Mauriac (*Uma gota de veneno*) e Molière (*Artimanhas de Scapino*).

Ao longo de sua vida, Drummond recebeu diversos prêmios por sua obra, destacando-se o Estácio de Sá (jornalismo), o Fernando Chinaglia, da União Brasileira de Escritores, o Morgado Mateus (Portugal-poesia) e o Padre Ventura do Círculo Independente de Críticos Teatrais. Em 1987, a escola de samba Estação Primeira de Mangueira o homenageia com o samba-enredo “O reino das palavras” e é campeã do carnaval carioca.

A VOZ FRATERNA

Neste mesmo ano, a 5 de agosto, morre sua amiga, confidente e filha Maria Julieta. Desolado, Drummond pede a sua cardiologista que lhe receite um “infarto fulminante”. Apenas doze dias depois, em 17 de agosto, Drummond morre numa clínica em Botafogo, no Rio de Janeiro,

1902-2002: LÚCIO, SÉRGIO E JK

Lúcio Costa — Filho de brasileiros, nasceu em Toulon, França, em 27 de fevereiro de 1902. Junto com Oscar Niemeyer projetou a modernidade arquitetônica de Brasília. Faleceu no Rio de Janeiro em 13 de junho de 1998.

Sérgio Buarque de Holanda – Nasceu em São Paulo (SP) em 11 de julho de 1902. É autor de “Raízes do Brasil”, um dos livros mais importantes produzidos no país. Faleceu em São Paulo em 24 de abril de 1982.

Juscelino Kubitschek – Nasceu em Diamantina (MG) em 12 de setembro de 1902. Foi presidente da República (1956-1961). Seu governo teve como base um ambicioso Plano de Metas (“50 anos em 5”), que incluía a construção de Brasília. Faleceu em 22 de agosto de 1976 em acidente de automóvel na Via Dutra.

de mãos dadas com Lygia Fernandes, sua namorada com quem manteve um romance paralelo ao casamento e que durou 35 anos.

Sobre ser poeta, Drummond dizia: “Eu acredito que a poesia tenha sido uma vocação, embora não tenha sido uma vocação desenvolvida conscientemente ou

intencionalmente. Minha motivação foi esta: tentar resolver, através de versos, problemas existenciais internos. São problemas de angústia, incompreensão e inadaptação ao mundo”.

Uma das boas definições do poeta e de sua poesia (leia na página 51 “Confidência do Itabirano” do livro *Sentimento do Mundo*, de 1940) me foi passada, via e-mail, por Ruy Espinheira Filho, também poeta e professor de literatura na Universidade Federal da Bahia: “Drummond foi quem melhor aproveitou as grandes lições do modernismo. Aluno de Mário de Andrade (principalmente) e Manuel Bandeira, levou ao máximo tais lições. Um dos pontos altos de Drummond (além de sua altíssima poesia) foi a grande lição de esperança que ele nos passou – sobretudo a partir dos poemas que refletiam a situação mundial, a grande ameaça do nazi-fascismo. Lição de esperança que nos ajudou muito, também, durante todos os anos de ditadura militar. Assim, Drummond foi a grande voz fraterna da poesia brasileira no século XX”.

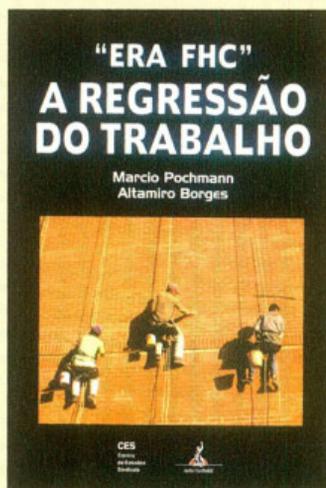
Roniwalter Jatobá nasceu em Campanário (MG), em 1949, e mora em São Paulo desde 1970. Foi operário no ABC paulista e formou-se em jornalismo. É autor de oito livros de ficção e história, entre eles “Crônicas da vida operária” e “O pavão misterioso e outras memórias”. Organizou a antologia de contos “Trabalhadores do Brasil – Histórias do povo brasileiro”. Em 2003, lança “Paragens”, uma reunião de três novelas sobre a migração nordestina em São Paulo.

Os impactos da década neoliberal

O livro é uma contribuição para um balanço da situação do mundo do trabalho no Brasil após oito anos de governo FHC. Ao lado do "A situação do trabalho no Brasil", lançado pelo Dieese em 2002, ele nos apresenta os impactos da década neoliberal sobre a classe trabalhadora no Brasil, expondo de modo objetivo e conciso a degradação do trabalho. É, antes de mais nada, um livro de denúncia. Em seus cinco capítulos, destaca o recorde de desemprego, a queda nos rendimentos, a precarização do trabalho e o desmonte da legislação trabalhista. Diante da avalanche neoliberal, trata ainda da defensiva do sindicalismo, a constituição de alguns sintomas de resistência e finalmente, um projeto alternativo. A tese central do livro é que o neoliberalismo, adotado como política burguesa durante a era FHC, seria a principal determinação da regressão do trabalho no Brasil.

Segundo os autores, uma das causas principais do desemprego, por exemplo, seria a baixa taxa de expansão da economia brasileira. Além disso, pode-se destacar as alterações na composição da demanda agregada, a natureza da re-inserção externa, o processo de reestruturação empresarial e o padrão de ajuste do setor público. De certo modo, são expressões do novo modelo neoliberal de condução dos rumos da economia brasileira desde 1990.

Finalmente, observa-se o componente político do desemprego, ou seja, a promoção do desemprego pelos governos neoliberais teve uma função histórica: promover a acomodação e a cooptação sindical. E não apenas isso, contribuiu, através da disseminação de uma *cultura do*



Era FHC - A regressão do trabalho.
Marcio Pochmann e Altamiro Borges.
 Editora Anita Garibaldi,
 São Paulo, 2002

POR GIOVANNI ALVES

medo, para o implemento de uma nova disciplina laboral no interior das empresas, demonstrando a vinculação estrutural (e regressiva) entre o consentimento construído pelo toyotismo e o precário mundo do trabalho.

Na verdade, o que o livro nos apresenta como regressão do trabalho é um componente estrutural da nova etapa de desenvolvimento do capitalismo mundial. É a expressão do *barbarismo* como novo modo de reprodução sistêmica do capital em sua dimensão mundial, atingindo, em maior ou menor proporção, os principais países capitalistas. É claro que as políticas neoliberais, principalmente em países de inserção subalterna como o Brasil, aprofundaram as taras regressivas do capitalismo brasileiro. Mas é possível afirmar, a partir da análise das determinações

estruturais da reprodução da ordem sócio-metabólica do capital vigentes, que o fenômeno da regressividade nos marcos do capitalismo brasileiro, com suas novas formas de desemprego estrutural e precarização da força de trabalho, tende a sobreviver à era FHC.

A mundialização do capital e o novo regime de acumulação flexível tendem a colocar novas determinações para o processo de desenvolvimento do capitalismo subalterno, restringindo, mais ainda, as margens de manobra do incipiente reformismo social-democrata e da própria ação do Estado político. O que tende a ser colocado, cada vez mais, no "elo mais fraco" do sistema sócio-metabólico do capital, diante das novas formas de regressividades ampliadas, é a necessidade histórica de uma política radical hegemônica, capaz de colocar na ordem do dia a *ofensiva socialista*. A questão é saber se os intelectuais orgânicos do mundo do trabalho, partidos de esquerda, sindicatos classistas e movimentos sociais estarão à altura dos novos desafios históricos. Como diria Marx (citando Esopo): *Hic Rhodus, Hic salta!*

Giovanni Alves é doutor em ciências sociais pela Unicamp/SP, professor de sociologia da Unesp-campus de Marília e autor dos livros "O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho" (Ed. Boitempo) e "Dimensões da Globalização" (Ed. Práxis).
 Correio eletrônico: giovanni.alves@uol.com.br

O "inferno" do trabalho bancário

A sociedade contemporânea presencia um duplo e complexo movimento que de algum modo lhe dá dinâmica e "sentido": por um lado, temos o predomínio da financeirização da economia, com suas conseqüências devastadoras em tantas partes do mundo. De outro, vivenciamos o apogeu da superfluidade da produção de mercadorias. Não é difícil constatar que esse "sentido" é destrutivo em sua própria lógica: a financeirização da economia desmonta núcleos produtivos, convertendo-se na forma "mais alienada, mais fetichizada da relação capitalista", na felicíssima caracterização de Marx. É dinheiro que se reproduz sem passar (necessariamente) pela mediação produtiva. Converte-se, portanto, numa verdadeira fonte misteriosa, na qual dinheiro gera mais dinheiro...

Estas mutações atingiram em cheio o chamado "setor de serviços", cada vez menos público e cada vez mais mercadorizado. Ele também vivencia esse quadro tendencial: cada vez mais "racionalizado", cada vez mais liofilizado, amplia vorazmente seu trabalho morto, dado pelo maquinário tecno-científico, desempregando trabalho vivo. Se no passado recente ele empregou excedentes do trabalho industrial, hoje contribui para o monumental exército de trabalho sobrando que o mundo presencia.

É exatamente aqui que reside o eixo do belo livro de Nise Jinkings. Dando continuidade ao seu feliz trabalho anterior, "*O mister de fazer dinheiro*", traz um desenho analítico amplo e claro do que vem se passando dentro dos bancos, quando o olhar não é o da "rentabilidade", o da "lucratividade", mas se volta para



**Trabalho e
resistência na "fonte
misteriosa".
Nise Jinkings.
Editora da Unicamp,
São Paulo, 2002**

POR RICARDO ANTUNES

os homens e as mulheres que trabalham dentro do universo (quase escrevia inferno) bancário.

Na melhor linhagem, Nise Jinkings mostra como os trabalhadores bancários, cujo objeto de labor é a mercadoria-dinheiro, vivenciam o seu cotidiano no trabalho através da representação fetichizada em que o dinheiro parece gerar mais dinheiro, sem qualquer mediação produtiva. Ladeados pelas suas máquinas informatizadas, os trabalhadores realizam um conjunto infundável de operações de registro e de controle, de transferência e redistribuição de valores originados no mundo produtivo, transformando a mercadoria-dinheiro em capital produtor de juros, num processo que toma a aparência de dinheiro criando mais dinheiro.

Resultado estampado por Nise Jinkings: os que vivem de salário

dentro dos bancos vêm padecendo de grande parte das mazelas que atingem o mundo do trabalho: lesões (as LER) são cada vez mais frequentes; as terceirizações, as precarizações, os stressamentos, as incertezas, inseguranças, angústias, o medo diário do desemprego. E não param aqui as conseqüências nefastas: vários estudos e estatísticas têm mostrado o aumento do número de suicídios no espaço dos bancos. Depois de décadas de dedicação integral aos bancos, os bancários convertem-se em "eleitos", "escolhidos" para os planos de "demissão voluntária". E o capital financeiro diz que essa lógica é inevitável.

Estudando com sensibilidade e força analítica o que se passa no mundo dos bancos, com o olhar atento para os que vivem do trabalho e do salário, Nise Jinkings mostra ainda como vem se realizando a divisão sexual do trabalho nos bancos, seguindo um movimento de feminização da categoria que, entretanto, não significa uma efetiva igualdade de condições. Analisa como os métodos de gestão e racionalização do trabalho e as estratégias de poder recriadas nos bancos enfraquecem a organização dos sindicatos e a resistência no interior dos bancos.

Livro sensível, bem escrito, analiticamente denso e sustentado em forte documentação empírica, por meio do qual os leitores poderão compreender melhor os milagres da fonte misteriosa e como esse processo vem atingindo em cheio o mundo do trabalho bancário.

Ricardo Antunes é professor titular de sociologia do trabalho na Unicamp/SP

Uma grande iniciativa

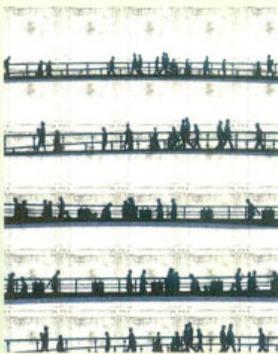
Obviamente Marx não teria esposado a ingênua opinião, às vezes apresentada como marxista, de que a classe trabalhadora no capitalismo avançado deve ser definida como todos os que trabalham para viver e que não sejam autônomos (...). Para ele a classe trabalhadora se constituía dos trabalhadores industriais que *produzem mais-valia*(...); os distinguia... das classes médias que *vivem* da mais-valia, mas que cooperam na realização e distribuição do excedente (e também de... outras categorias de trabalhadores, tais como empregados domésticos, que ele definia...improdutivos”). Tom Botto-more, in: “Marx”, Zahar, 1981.

Bem antes, Engels advertira que o trabalho assalariado, contendo já o germe de todo o modo capitalista de produção, coexistira “durante séculos inteiros, em casos isolados e dispersos, com a escravidão” (“Do socialismo utópico ao socialismo científico”, nota): estariam a postos, agulhas e linhas, aos panos para mangas da imensa controvérsia sobre as classes, de lá aos dias de hoje.

“Estrutura de posições...”, é inédito no esforço de pesquisa em temática áspera, voltado à realidade brasileira – o mais importante. Nele, há uma profusão de categorias complexas, bem como exaustivo levantamento empírico-estatístico. Aponto aqui, assumindo o risco da falta de sensibilidade, o que considerei ilustrativo – quiçá também asperamente.

1- Em (simpatia) crítica ao núcleo categorial de Erik Olin Wright, (elencado como “neomarxista” – o diabo deste tal genérico é servir a gregos e troianos), ou seja, “ativos

JOSÉ ALCIDES FIGUEIREDO SANTOS
ESTRUTURA DE POSIÇÕES
DE CLASSE NO BRASIL
MAPEAMENTO, MUDANÇAS E EFEITOS NA RENDA



**Estrutura de posições
de classe no Brasil.**
**José Alcides Figueiredo
dos Santos.**
**Editoras UFMG
e IUPERJ,**
Belo Horizonte, 2002

POR SÉRGIO BARROSO

produtivos, exploração, dominação e diferenciação de classe”, Alcides destaca haver: minimização do estatuto “ativo produtivo”, nas situações de gerente e especialista; uma análise de classes limitada, “centrada no emprego”, ao se ver a polaridade grandes capitalistas x mais marginalizados; não obstante – diz Alcides –, as teses de Wright expressam e orientam a abordagem da complexificação social do capitalismo atual, enquanto “obra aberta e em progresso”.

2- O exame brasileiro concentra-se no refinado estudo das PNADs/IBGE, 1981/1996. Análise comparativamente aos parâmetros de Wright, sem dúvida criativa e alternativa em vários pontos. Assim, vê-se na importante discussão sobre as classes médias assalariadas (5% e 7% na referência familiar): (i) a recusa de Alcides em aceitar,

tecnicamente, uma identidade – inexistente – entre gerentes e supervisores; (ii) os “especialistas” (representando 1,8% dos indivíduos e 1,9% da referência familiar), têm perfil ocupacional, em 68,0%, de médicos, engenheiros, auditores ou contadores, especialistas em educação, professores de ensino superior, especialistas em educação e advogados (50,9% no setor público, 49,1% no privado); (iii) na classe trabalhadora “ampliada” (Wright), composta de qualificados, supervisores não-qualificados e os despossuídos de “ativos de qualificação” não exercentes de autoridade, os manuais da indústria e serviços (queda individual de -5,96%) seriam 68,8% da classe trabalhadora “pura” (subordinada em autoridade e qualificação – Wright).

3- Num ângulo crucial: empregadores (de variados escalões) eram 4,7%, o auto-emprego precarizado 8,7% (auto-emprego total de 13,5% para os indivíduos), e trabalhadores manuais da indústria e serviços 26,36%, na estrutura de posição e segmentos de classe (1996). Como salienta Alcides, “no Brasil, a complexidade da estrutura de classes se manifesta, particularmente sob a forma de hipertrofia e diversidade do universo do auto-emprego”, variadamente inserida inclusive no trabalho assalariado.

Minha reação ao livro do professor Alcides foi saudável, meses atrás, com o texto de Lênin, título desta resenha e velho conhecido das hostes comunistas. Militância que tem em Alcides um intelectual-cúmplice “de classe”.

Aloísio Sérgio Barroso é médico, mestrando em economia social do trabalho pela Unicamp/SP e integrante do conselho de redação da *Debate Sindical*

A luta pela emancipação do proletariado

O livro de Martorano vem completar uma lacuna na bibliografia existente sobre o socialismo na década de 90. A derrota das experiências socialistas e a ofensiva neoliberal levaram a um defensismo das forças de esquerda que repercutiu diretamente no processo de elaboração teórica. Este foi um período difícil no qual ocorreu um rápido processo de “direitização” do movimento socialista. A social-democracia tornou-se neoliberal e muitos partidos comunistas se social-democratizaram. Para estes não haveria razão para se debruçar sobre um tema tão abstrato quanto a “teoria da transição socialista”.

Mesmo as correntes revolucionárias que mantiveram a sua identidade comunista diante da necessidade de construir alternativas realistas à ofensiva do capital se debruçaram sobre o problema da construção de uma tática adequada a uma situação de defensiva. O socialismo, afinal, não estava no horizonte histórico imediato. Esta posição foi acertada e correspondeu aquele momento histórico particular. No entanto, tendeu-se a racionalizar a situação e se desenvolveu a idéia, não explicitada, de que não seria necessária a construção de uma “teoria da transição”, em nome da valorização das particularidades nacionais.

O que devemos nos perguntar é se existem leis gerais que regulam o processo de transição e, portanto, podemos falar numa teoria da transição socialista? O autor acredita que sim e procura analisar um dos aspectos intrincados da transição que é o papel desempenhado pela burocracia estatal. Martorano



A burocracia e os desafios da transição socialista.
Luciano Martorano.
Editoras Xamã e Anita Garibaldi,
São Paulo, 2002

POR AUGUSTO BUONICORE

realiza uma crítica teórico-política ao economicismo. Segundo ele, elementos deste estão presentes em uma certa tradição marxista que concebe as forças produtivas como a “causa última para explicação de todos os fenômenos sociais”. Este seria assim o verdadeiro motor da história e não a luta de classes.

Martorano defende que a “transição socialista não pode ser realizada apoiada apenas no desenvolvimento unilateral das forças produtivas, pois exige a transformação radical das relações de produção” e que as próprias forças produtivas não seriam neutras, estariam condicionadas pela própria relação de produção. Ele inverte, assim, a ordem de determinação do marxismo soviético.

O autor trata então da complexa relação entre burocracia e o processo de construção

socialista. Para ele, o burocratismo é “um elemento definidor do Estado burguês”; seria, assim, incompatível com o socialismo, pois constituiria um obstáculo à tentativa de controle efetivo do poder por parte dos trabalhadores. Desta forma, no socialismo o Estado “não pode se converter num instrumento de domínio burocrático ou tecnocrático dos planejadores sobre os trabalhadores”.

No caso soviético, a fusão do aparelho partidário e o Estado contribuiu decididamente para o aumento da burocracia. O próprio Stálin acabou racionalizando esta deformação burocrática. Na URSS, “a luta para controlar a burocracia, de essencial à consolidação de um Estado operário, passou a representar uma ameaça ao funcionamento de um aparelho burocratizado cada vez mais autônomo e independente”. A própria tese leninista de que o Estado socialista seria uma espécie de semi-Estado foi abandonada.

Martorano advoga que a ditadura do proletariado deve, fundamentalmente, propiciar as condições “que permitam a crescente absorção das tarefas estatais pelos trabalhadores, não apenas enquanto funcionários, mas, sobretudo, enquanto produtores diretos”. Para ele, a burocracia tende a defender seus interesses corporativos e a obstaculizar a transição. Somente a luta política dos trabalhadores poderá revolucionar as relações de produção e iniciar o caminho para a superação do Estado e para a construção do socialismo e do comunismo.

Augusto César Buonicore é historiador, membro do conselho de redação da *Debate Sindical*

INTERNET

GIOVANNI ALVES

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DOS
TRABALHADORES DA INDÚSTRIA
METALÚRGICA (FITIM)

www.imfmetal.org

A *International Metalworkers Federation* (IMF) representa o interesse coletivo de cerca de 24,8 milhões de metalúrgicos em 207 sindicatos de 101 países. O *site* tem um *design* objetivo, direto e interativo. No *link* *Sobre a IMF*, possui uma pequena história da federação sindical, estrutura, política, congressos e membros. Em *Opinião da IMF*, o secretário-geral convoca os sindicatos globais para irem ao III Fórum Social Mundial que ocorrerá em Porto Alegre, no final de janeiro próximo. A página possui *links* sobre a mulher sindicalizada, eventos e publicações em seis línguas (o único documento disponível em português é a *Declaração Volkswagen*, sobre direitos sociais e relações industriais vigentes na multinacional alemã). Em *Afiliação* são apresentados *e-mails* e *links* de confederações e federações sindicais afiliadas em 100 países.

Em *Links* encontramos um acervo completo e interessante de *links* de federações nacionais e internacionais, agências noticiosas, organizações nacionais, etc. Encontramos ainda um *link* para o *site regional* da FITIM na América Latina e Caribe. O *site* da IMF disponibiliza vários documentos em arquivo *pdf*, inclusive a revista *MetalWorld*. Ele possui versões em alemão, francês, esloveno, italiano, espanhol e japonês. Uma curiosidade: o *site* do conselho japonês da IMF se distingue das demais versões pela pobreza no *design* e por alguns *links* defeituosos.

Giovanni Alves é doutor em ciências sociais e professor da Unesp/Marília.
Correio eletrônico: giovanni.alves@uol.com.br

FILMES

MANOEL RANGEL

O reatar do cinema com a história

O cinema brasileiro raramente teve a oportunidade de reagir com rapidez aos fatos políticos e sociais do país. Até meados da década de 50, por que esteve estética e politicamente alheio à vida brasileira; a partir de 64, provavelmente porque os duros condicionantes da ditadura introduziram estratégias de despiste e abalroaram os seus compromissos políticos.

Entretanto, há dois momentos nos últimos quarenta anos que chamam atenção pela capacidade do nosso cinema em produzir uma pronta resposta aos fatos da vida nacional. Paradoxalmente, eles estão atados por um mesmo fato, a ditadura. E não por acaso os dois iluminam a presente realidade política.

O primeiro é de 1965 a 1968 e diz respeito ao balanço do golpe militar e da derrota do projeto popular. O segundo é de 1978 a 1982 e trata da retomada e explosão de um vigoroso movimento operário no país. Num extremo, a percepção do projeto popular e a anatomia da derrota. No outro, o vislumbre do fim de um período e a perspectiva da retomada do projeto popular.

O cinema se enriquece quando é capaz de dialogar intensamente com fatos de tal magnitude. E a nação brasileira ganha porque vê emergir na tela os rostos do seu povo e a verdadeira face de seus erros e acertos.

1965/68 – ANATOMIA DA DERROTA

Três filmes se tornaram célebres por sua capacidade de pôr a nu este momento: *O Desafio* (Paulo César Saraceni, 1965),

Terra em Transe (Glauber Rocha, 1967) e *O Bravo Guerreiro* (Gustavo Dahl, 1968). São filmes estética e politicamente importantes. Nos três, por abordagens variadas e resultados desiguais, o que emerge são as esperanças da ascensão do projeto popular, o diagnóstico da derrota e o dilema sobre os caminhos a percorrer a partir dela.

1978/82 – RETOMADA DO
PROJETO POPULAR

As greves metalúrgicas do ABC exerceram forte atração sobre um conjunto de cineastas. Armados de câmeras e gravadores, puseram-nos a serviço de revelar a face daquele movimento e de inquirir nele os destinos do país. Foram feitos vários documentários com destaque para *Braços Cruzados*, *Máquinas Paradas* (Sergio Toledo Segal e Roberto Gervitz, 1979), *Greve* (João Batista de Andrade, 1979), *Linha de Montagem* (Renato Tapajós, 1982) e *ABC da Greve* (Leon Hirszman, 1979 - 1990).

Resultou ainda na realização de *Eles não Usam Black Tie* (Leon Hirszman, 1981), mais abrangente e em diálogo mais largo com a tradição, embora mais cético. Os filmes, precários em sua urgência e vontade de intervir nos acontecimentos, revelam uma contundência incomum na intuição da virada de um período e na aposta do projeto popular reposto.

Manoel Rangel é cineasta, mestrando em cinema e editor da revista *Sinopse*.
Correio Eletrônico: manoelrangel@hotmail.com



Orçamento Participativo: o povo decide



Asfalto e recapeamento de ruas



Restauração do Patrimônio Histórico



Construção de casas populares



Resgate do autêntico carnaval de rua

A Prefeitura Popular de Olinda mostra o que faz.

A Prefeitura de Olinda é uma prefeitura realmente popular. Popular porque escuta o cidadão. Popular porque decide com a população o que fazer no município. Popular porque prioriza obras e ações que beneficiam os que mais necessitam. Na saúde, educação, habitação, obras, cultura, em todos os setores, o avanço da Prefeitura Popular de Olinda é uma realidade que, dia a dia, modifica a qualidade de vida do olindense e de sua família.

Popular. Assim é a Prefeitura de Olinda. Uma gestão conhecida e reconhecida por suas ações.



2010/02



Limpeza de canais



PSF, agentes em ação, vacinação de idosos: saúde em alta

assine hoje mesmo

Debate Sindical

Receba em sua casa ou na sede da sua entidade a única publicação do país especializada no estudo do sindicalismo. Uma revista de análise, polêmica e intercâmbio de experiências. A assinatura de R\$ 30,00 dá direito a quatro edições e você ganha de brinde o livro "Era FHC: A REGRESSÃO DO TRABALHO"

"ERA FHC" A REGRESSÃO DO TRABALHO

Marcio Pochmann
Altamiro Borges



CES
Centro
de Estudos
Sindiciais



MORO NUM PAÍS TROPICAOS

UMA COLETÂNEA DE CHARGES DE
MARCIO BARALDI



Os dez primeiros assinantes receberão o livro "Moro num país Tropicaios", autografado pelo autor.



Marcio Baraldi,
vencedor do XXIV
Prêmio Vladimir
Herzog de Anistia e
Direitos Humanos na
categoria artes

CUPOM DE ASSINATURA

A partir do número: _____ R\$ 30,00

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ CEP _____

Cidade _____ Estado _____

Telefone(s) _____

Fax _____

Profissão _____

Correio eletrônico _____

FORMA DE PAGAMENTO:

Cheque nominal ao Centro de Estudos Sindicais,
no valor de R\$ 30,00

Dépósito em conta corrente nº 407852-7, Banco do
Brasil, agência 3324-3 (neste caso, enviar o
comprovante)

Cartão

Credicard Visa

Número

Validade